Enfim, chega a luz no fim do túnel

São Paulo inicia no dia 25 de janeiro a vacinação no Brasil

Fruto da parceria do Instituto Butantan com chinesa Sinovac

O governo de São Paulo anunciou em coletiva na segunda-feira (7) que a vacinação contra a Covid-19 com a vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac, terá início no dia 25 de janeiro, priorizando idosos, profissionais de saúde, indígenas e quilombolas. O plano vale para todo o Estado. Doria defendeu inclusão da CoronaVac no programa nacional de imunização e cobrou antecipação do plano: "Por que vacinar os brasileiros em março se os brasileiros podem começar a serem vacinados em janeiro?". **Página 4**

AFP

Governo de São Paulo está separando 4 milhões de doses para que outros Estados possam iniciar vacinação

HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.786 9 a 15 de Dezembro de 2020

Câmara dos Deputados

Maia apoia a decisão do STF sobre reeleição no Congresso

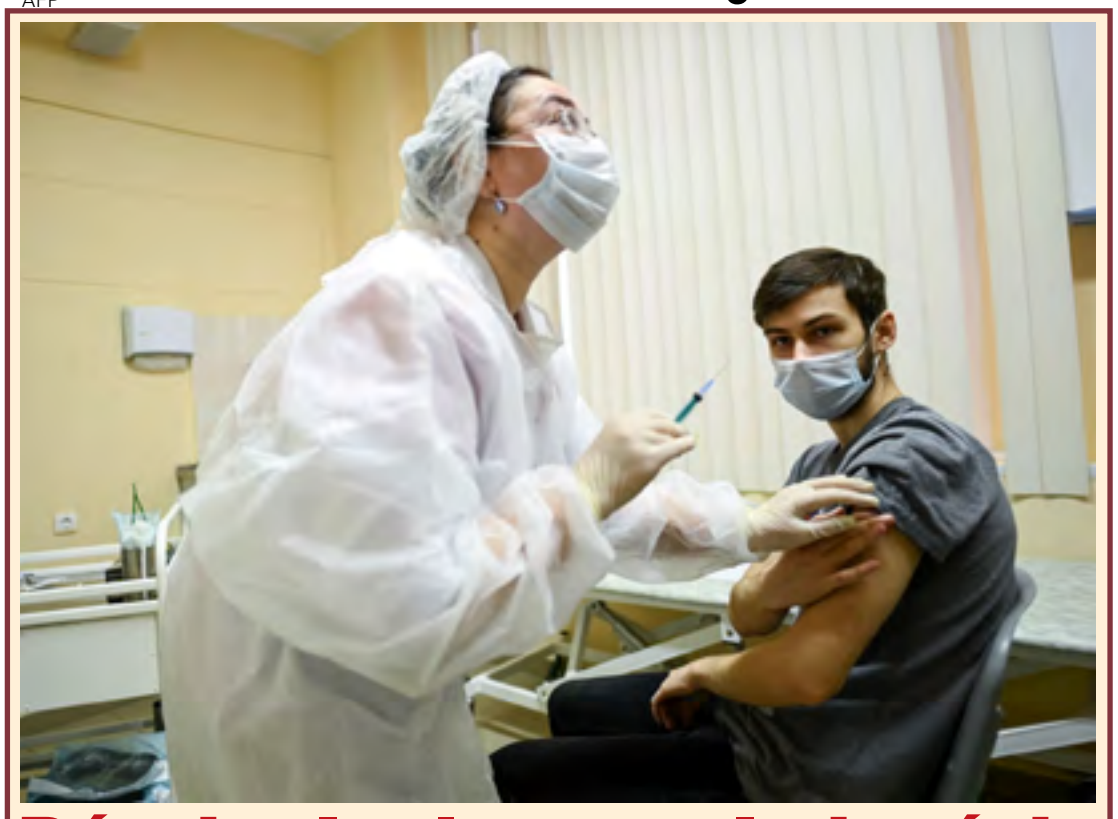
O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, afirmou nesta segunda-feira (07) que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a reeleição dos presidentes das duas Casas precisa ser respeitada. Segundo o parlamentar, ela dará mais "energia" aos deputados que articulam a disputa. **Página 3**

Álvaro Dias: adiar para março "é crime de responsabilidade"

Senador criticou duramente governo federal por adiar vacinação nacional

O senador Álvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que "adiar para março a vacinação [da Covid-19] no país", como pretende o governo Bolsonaro, "é crime de responsabilidade". "Nós não podemos ser lenientes neste momento", disse. Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o governo brinca com "a vida dos brasileiros". "Estamos há quase um ano em pandemia, perdendo vidas. Por que o Ministério não providenciou um mínimo planejamento de aquisição de insumos com antecedência? É um absurdo!", afirmou. **P. 3**

AFP



Rússia, Inglaterra, Indonésia iniciam vacinação em massa

A vacinação, em larga escala, contra a Covid-19 teve início em Moscou no último sábado (5). A vacina Sputnik V está sendo aplicada em 70 centros especialmente abertos para atender aos moscovitas inscritos pela internet. Na Indonésia, 1,2 milhão de doses da vacina chinesa Coronavac chegaram no domingo (6), anunciou o presidente Joko Widodo, que prepara um programa de imunização em massa contra o coronavírus. Mais 1,8 milhão de doses chegarão no início de janeiro. A vacinação na Inglaterra teve início nesta terça-feira (8), com a vacina da Pfizer. **Página 6**

Para absolver Lira, juiz afrontou tribunais superiores diz o MPF

O juiz Carlos Henrique Pita Duarte, da 3ª Vara Criminal de Maceió (AL), anulou todas as provas e absolveu o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) poucos dias depois que o processo, no qual Lira é acusado de chefiar um esquema de "rachadinha", foi divulgado na imprensa. Para o Ministério Público, "a referida sentença não poderia motivar a absolvição sumária". **Pág. 3**

Fachin defende que Trabalho intermitente é inconstitucional

O STF começou a julgar, nesta quarta-feira (2), a constitucionalidade do trabalho intermitente criado pela reforma trabalhista, aprovada em 2017. O voto do relator, ministro Edson Fachin, considerou a modalidade de contrato inconstitucional por sua imprevisibilidade e exposição do trabalhador a uma maior situação de fragilidade e vulnerabilidade social. **Pág. 5**

Mortes de Covid nos Estados Unidos já equivalem a um '11 de setembro' a cada 24 horas

Para que não pairasse dúvida sobre a dramática situação sanitária nos Estados Unidos, o país quebrou o recorde de mortes diárias por Covid-19 na quarta-feira (3), com mais de 3,1 mil óbitos, de acordo com dados do centro de referência do coronavirus da Universidade Johns Hopkins. **P. 7**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PIB do trimestre frustra Guedes e acumula -5% no ano

Pág. 2

PIB encolhe 5,0% no ano apesar de crescer no terceiro trimestre

De Janeiro a setembro, a economia recuou 5%. Resultado do 3º trimestre frustrou previsões e não recuperou as perdas com a pandemia

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Apesar de Guedes, PIB não será pior por conta das medidas aprovadas no Congressso

A economia brasileira apresentou alta de 7,7% no terceiro trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior, quando o Produto Interno Bruto (PIB) desabou 9,7%, divulgou nesta quinta-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado do PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no País, no terceiro trimestre não foi suficiente para recuperar as perdas do primeiro semestre provocada pela pandemia da Covid-19, numa situação em que a economia já vinha estagnada. Na comparação com igual período de 2019, o PIB registrou queda de 3,9%, e no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2020, o PIB caiu 5,0% em relação a igual período de 2019, frustrando as expectativas do ministro da Economia, Paulo Guedes, que paulatinamente tem afirmado que a economia está se recuperando em "V" (rapidamente).

Para o economista José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), o "resultado veio abaixo do esperado". "A mediana das projeções indicava um aumento do PIB no 3º trimestre próximos dos 9% e veio abaixo de 8%. Isto não foi suficiente para recuperar as perdas do segundo trimestre, o que mostra fraqueza latente da economia brasileira, mesmo com todo o impulso fiscal, via basicamente auxílio emergencial e outras medidas de proteção do emprego. O cenário que se desenha é de uma economia que deve fechar o ano de 2020 com uma queda de pelo menos 5% do PIB", disse o economista a Hora do Povo.

O resultado do terceiro trimestre deste ano veio alto por conta da base de comparação muito baixa, aponta o IBGE, que destaca que o crescimento visto no terceiro trimestre está 4,1% abaixo do pico verificado no quarto trimestre de 2019, antes dos impactos da pandemia, e 7,3% distante do pico da série, no primeiro trimestre de 2014.

"Crescemos sobre uma base muito baixa, quando estávamos no auge da pandemia, o segundo trimestre. Houve uma recuperação no terceiro, contra o segundo trimestre, mas se olharmos a taxa interanual, a queda é de 3,9% e no acumulado do ano ainda estamos caindo, tanto a Indústria quanto os Serviços. A Agropecuária é a única que está crescendo no ano, muito puxada pela soja, que é a nossa maior lavoura", afirmou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

Como consequência da flexibilização de medidas de distanciamento social e estímulos econômicos de combate à pandemia, que foram aprovados pelo Congresso Nacional e executadas pelo governo, de forma lerda, a Indústria cresceu 14,8% e os Serviços subiram 6,3%, no terceiro trimestre. Neste período, Agropecuária caiu 0,5%. No entanto, se observado os números do acumulado deste ano, a Agropecuária cresceu 2,4%, enquanto a Indústria recuou 5,1 e os Serviços tiveram queda de 5,3%.

A despesa de consumo das famílias apresentou alta de 7,6% no terceiro trimestre frente ao trimestre imediatamente anterior, no entanto, quando se compara com o mesmo período de 2019, constata-se que o consumo das famílias caiu pelo terceiro trimestre seguido, recuo de 6,0%, apontou o IBGE.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2020 foi de 16,2% do PIB contra 16,3% no mesmo período do ano anterior. De abril a junho, os investimentos tiveram um tombo de 16,5%. No acumulado do ano, o indicador recuou em 5,5%.

Na avaliação de diversos economista e representantes da indústria, o investimento público tem que ser retomado com força para a economia voltar a crescer. Nesta semana, a Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib) comentou que "a contração do investimento público continua sendo um dos maiores entraves para a recuperação do país" e que "não dá para o setor privado resolver sozinho" os gargalos da infraestrutura no País , principalmente nos setores de transportes, logística e saneamento, e a entidade sugeriu ainda que "serão necessários ao menos R$ 284,4 bilhões de investimentos por ano (4,3% do PIB), nos próximos dez anos". "Por aqui, o setor público continua com papel preponderante em modais de transporte, mobilidade urbana e saneamento básico", destacou a Abdib.

No entanto, o governo Bolsonaro tem a posição de que o Estado não tem importância na economia. Para o ministro Paulo Guedes, que inventou até um tal de PIB privado para tirar qualquer responsabilidade do papel do Estado sobre o desenvolvimento econômico do país, o Estado é o meio de transferir as riquezas do povo para seus parceiros do mercado financeiro e demais especuladores estrangeiros, através da sua agenda econômica de cortes de gastos públicos, arrocho salarial, desnacionalização da indústria e privatizações de estatais.

ANTONIO ROSA

Foto: Agência Brasília

Múlti espanhola leva distribuidora

GDF segue os passos do Amapá e privatiza a eficiente e lucrativa CEB

A multinacional espanhola Iberdrola arrematou a CEB Distribuição, subsidiária da Companhia Energética de Brasília, por R$ 2,515 bilhões, no leilão de privatização realizado pelo Governo do Distrito Federal, nesta sexta-feira (4), na Bolsa de Valores de São Paulo. A Bahia Geração de Energia, do grupo NeoEnergia da Iberdrola, passou a controlar 100% da empresa.

A realização do leilão da CEB contrariou um decisão judicial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) que através da decisão da desembargadora Fátima Rafael, expedida na noite de ontem (03/12), determinou o cumprimento da Lei Orgânica da cidade, que prevê a necessidade de aprovação da Câmara Legislativa para a privatização de empresas públicas do DF.

O TJDFT acatou ação impetrada por senadores, deputados distritais e federais, que pedia a interrupção do leilão, que só teve continuidade após decisão do ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Nunes Marques assumiu recentemente o STF, em substituição ao ministro Celso de Mello, por indicação de Jair Bolsonaro.

Segundo o Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU-DF), a decisão do Tribunal de Justiça anula o resultado do leilão.

"O Sindicato informa que, em conjunto com os parlamentares que subscreveram a ação, está buscando todos os meios cabíveis e necessários para o cumprimento da liminar e tornar nulo esse malfadado leilão", diz a entidade no site.

Os urbanitários e parlamentares contestam as afirmações do governador Ibaneis Rocha de que a CEB é deficitária e de que seria necessário muito investimento na empresa. Assim como a afirmação de que a privatização vai melhorar a qualidade e a distribuição na capital do país.

Lembrando o recente apagão provocado pela multinacional espanhola Isolux no Amapá, os sindicalistas alertam que "a realidade do Amapá poderá ser a realidade do Distrito Federal": aumento das tarifas de energia elétrica, risco de apagão e precarização dos serviços.

Teles vão recorrer à Justiça se governo banir a Huawei do mercado brasileiro

As operadoras de telecomunicação irão recorrer à Justiça se o governo Bolsonaro banir a empresa chinesa Huawei do mercado brasileiro. Para as teles, o mercado brasileiro é livre e elas têm o direito de escolher de forma técnica os melhores produtos para as suas redes. Hoje a Huawei é a principal fornecedora de equipamento de tecnologia de comunicação no Brasil e no mundo.

Caso o governo proíba a Huawei de fornecer equipamentos ao Brasil, as empresas irão entrar com ações indenizatórias na Justiça contra o governo, já que as operadoras terão que arcar com mais custos, cancelar contratos, além de ter menos fornecedores ao seu alcance para montar a nova estrutura 5G em suas redes.

A presidente da Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, alertou na terça-feira (1) que a restrição da Huawei, que tem até 50% de participação no mercado brasileiro, acarretaria para empresa altos custos para a substituição das redes, com repasses para os consumidores e atraso na difusão do 5G.

"A proibição a empresas não faz parte de uma economia de mercado nem do comércio global e certamente significaria aumento nos custos para o setor de telecomunicações, afetando toda a economia, num danoso efeito em cascata, das operadoras aos consumidores", afirmou a Suruagy, em entrevista ao Estadão. A Feninfra representa mais de 100 mil empresas no País que fazem instalações de banda larga, telefone e TV.

Suruagy explicou que as empresas vão precisar usar as redes 4G e os equipamentos que já estão em funcionamento para servir de suporte aos componentes das novas redes 5G. "Se tivermos um bloqueio da Huawei e for proibido usar o 5G dela, então o 4G chinês também não poderá continuar funcionando. Todas as redes vão precisar ser substituídas. E o custo para trocar tudo isso é exorbitante".

Para a executiva, mesmo que houvesse ameaça à segurança, como argumenta o governo, "temos todas as condições técnicas para nos defender de ameaças. É possível monitorar e auditar aspectos ligados à segurança de dados.

A presidente da Feninfra lembrou que o Reino Unido está pagando caro por ter optado pela exclusão da tecnologia da Huawei. "O Reino Unido está passando por isso. Lá, calcularam entre 4,5 bilhões e 6,8 bilhões de libras esterlinas os custos das restrições à Huawei. Sem contar o atraso no desenvolvimento do 5G. E o Brasil tem área bem maior do que o Reino Unido e tem uma zona rural maior, onde o acesso é ainda mais difícil. Ainda estamos calculando os nossos números, mas a experiência internacional mostra que é custoso", disse.

As operadoras de telefonia se manifestaram na sexta-feira (27) em favor da participação da Huawei na implementação das redes 5G no País, após Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ir às redes sociais acusar o governo chinês de "espionar" nações por meio de sua rede de tecnologia 5G. As acusações do filho de Bolsonaro foram rebatidas rapidamente pela Embaixada da China no Brasil, e criticadas por parlamentares.

Em carta aberta, as operadoras de telefonia móvel, através do Conexis Brasil Digital (antigo SindiTelebrasil), defenderam a manutenção da Huawei no mercado brasileiro. Segundo representantes das empresas o governo Bolsonaro está buscando meios, dentro da lei, para implementar o plano de banir a tecnologia chinesa do mercado brasileiro. Para isto, um grupo dentro do governo está estudando mudar as diretrizes de segurança cibernética para a construção das redes.

"Ressaltamos a necessidade de transparência de todo o processo, prezando assim pelo princípio fundamental da livre iniciativa presente em nossa Constituição Federal. Eventuais restrições implicarão potenciais desequilíbrios de custos e atrasos ao processo, afetando diretamente a população", diz o documento.

Governo aumenta de novo o gás de cozinha

A direção da Petrobrás anunciou novo aumento no Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o conhecido gás de cozinha, nas refinarias. O produto entregue às distribuidoras teve um aumento de 5%. O mesmo percentual do último aumento realizado no dia 4 de novembro. O aumento entrou em vigor na quinta-feira (3).

Com mais essa alta autorizada pelo governo Bolsonaro, o botijão de 13 Kg, chegará mais caro para o consumo das famílias brasileiras, comprometendo ainda mais a renda do trabalhador, que na pandemia, além do desemprego, ou da ameaça de ficar sem trabalho e sem renda, viu o preço dos alimentos dispararem. Para os milhões de brasileiros que receberam o auxílio emergencial e agora vão ficar sem renda e sem emprego, a situação ainda vai ficar pior com a bandeira vermelha na tarifa de energia autorizada esta semana.

Mas, como disse o capitão: "apague a luz e tome um banho rápido". Só falta agora Bolsonaro dizer que o povo precisa comer menos ou parar de cozinhar.

Leia mais no site do HP: https://horadopovo.com.br/governo-autoriza-novo-aumento-no-gas-de-cozinha/

Câmara dos Deputados vai fiscalizar o processo de implantação do 5G

Na sessão da Câmara dos Deputados, na quarta-feira (2), a deputada Perpétua Almeida (PCdoB) defendeu que "as discussões em torno do 5G precisam ser resolvidas com transparência em todo o processo, porque é fundamental para o Brasil".

A deputada ressaltou a importância da decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de criar um grupo de trabalho que acompanhará a implementação da tecnologia de quinta geração (5G) no País. O grupo será formado por 9 parlamentares de diversos partidos e será coordenado por Perpétua Almeida.

Foto: Richard Silva/Divulgação

Deputada Perpétua Almeida, líder do PCdoB, foi indicada por Rodrigo Maia (DEM) para liderar grupo de trabalho que acompanhará a licitação

"O 5G será um dos principais marcos da revolução tecnológica em curso e um vetor fundamental de crescimento do país. Por isso, um debate amplo e o caráter técnico das decisões associadas serão fundamentais para o futuro da economia brasileira", declarou a parlamentar.

Perpétua alertou os parlamentares da movimentação que o governo Bolsonaro está fazendo para banir a empresa Huawei do mercado brasileiro. No seu discurso, a deputada citou alguns trechos de uma nota da Conexis Brasil Digital (antigo SindiTelebrasil), que se posicionou na semana anterior manutenção da Huawei no mercado brasileiro.

"Sr. Presidente, há um apelo das empresas ligadas ao SindiTelebrasil para que as discussões em torno do 5G sejam discussões técnicas e nunca discussões ideológicas. Por isso, é muito importante a Câmara dos Deputados não ficar assistindo de camarote a esse debate, a essa discussão, a essa briga. A Câmara precisa interferir inclusive no processo.", defendeu a deputada Perpétua Almeida do PCdoB.

No próximo ano, a Agência Nacional de Telecomunicações irá leiloar faixas de frequência para a utilização da tecnologia de 5G. Bolsonaro está buscando meios para tentar barrar a presença da fabricante chinesa de equipamentos de comunicação Huawei neste certame, com o objetivo de agradar Donald Trump, que declarou uma guerra tecnológica contra a China, principal parceiro comercial do Brasil.

Veja mais no site: https://horadopovo.com.br/camara-vai-fiscalizar-atuacao-do-governo-na-implantacao-do-5g/

Produção industrial em outubro desacelera e só cresce 1,1%

A produção industrial do país acumula queda de 6,3% em 2020 até outubro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira (02). Ao contrário da pretensa "recuperação pós-pandemia" fantasiada pela equipe econômica do governo federal, os dados mostram que o país ainda está longe de superar a crise – apesar da flexibilização das medidas de isolamento.

O IBGE apurou que na passagem de setembro para outubro, a produção física industrial brasileira teve variação positiva de apenas 1,1% – o que representa uma desaceleração em relação aos meses anteriores, após altas em maio (8,7%), junho (9,6%), julho (8,6%), agosto (3,4%) e setembro (2,8%). Além de ser a menor taxa em cinco meses, também foi o mês em que menos setores tiveram resultados positivos. Em 12 meses, o IBGE apurou que as perdas foram de 5,6%.

André Macedo, gerente da pesquisa pelo IBGE, afirmou que o corte no auxílio emergencial "impacta no consumo e, claro, reflete na produção industrial". Mas, é o desemprego o principal influência de desaceleração e queda anual.

"Qualquer tipo de manutenção desse crescimento ou aceleração da produção passa claramente pela demanda doméstica, especialmente quando a gente considera o mercado de trabalho. Ainda temos um contingente grande de trabalhadores fora desse mercado, o que é um fator limitador para resultados positivos na indústria", enfatizou.

No acumulado do ano até outubro apenas seis dos 26 ramos pesquisados acumulam alta. Os principais impactos negativos sido puxada vem da menor produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-34,4%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-29,1%), metalurgia (-11,2%), e máquinas e equipamentos (-9,4%).

"No acumulado no ano, destacam-se as quedas em bens de consumo duráveis (-24,6), pressionados pela redução na fabricação de automóveis (-40,4%), e para bens de capital (-15,6%), impactados pela queda em equipamentos de transporte (-29,2%) e para fins industriais (-10,1%)", destaca o IBGE.

Na comparação mensal, o destaque foi a queda de 2,8% no ramo de produtos alimentícios. Também contribuíram negativamente para o resultado de outubro o setor de Indústrias extrativas (-2,4%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,2%), produtos do fumo (-18,7%) e outros produtos químicos (-2,3%).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Bolsonaro proíbe reuniões com o embaixador chinês

Câmara dos Deputados

Rodrigo Maia durante entrevista coletiva

Presidente da Câmara apoia a decisão do Supremo e defende Poder Legislativo independente

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, afirmou nesta segunda-feira (07) que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a reeleição dos presidentes das duas Casas precisa ser respeitada. Segundo o parlamentar, ela dará mais "energia" aos deputados que articulam a disputa.

Segundo Maia, o candidato que ele vai apoiar à sua sucessão "deverá representar a independência do Legislativo". "Nunca houve da minha parte a intenção de disputar a reeleição do comando da Casa", acrescentou.

"Então", disse ele, "a nossa candidatura não é contra ninguém, ela não é contra o governo, ela não contra o Arthur Lira, o nosso candidato é a favor da democracia, é a favor da Câmara dos Deputados, e representa esse movimento que é muito mais amplo que os partidos de centro e centro-direita, é um movimento que certamente vai atingir a maioria da Câmara dos Deputados, porque todos viram que na independência da Câmara, a Câmara saiu valorizada", afirmou Maia.

Ele criticou a atuação do governo que resultou na paralisia da agenda de votações de pautas importantes na Câmara. "Acho até que tem alguma coisa positiva: enfim, o governo vai poder voltar para Câmara para a votação daquilo do que é prioritário na Câmara e no Senado, porque o governo, de certa forma antecipou a minha sucessão, esqueceu de projetos importantes. Ninguém votou a PEC emergencial", disse.

Ao defender a priorização da aprovação da PEC emergencial, Maia lembrou que a medida fiscal será necessária para, por exemplo, a ampliação dos benefícios sociais. "Vamos agora acabar com as desculpas, sentar na mesa e aprovar o que é importante", afirmou.

"Eu acho que ao longo das próximas semanas nós precisamos cuidar da pauta da Câmara, e sem dúvida nenhuma, na minha sucessão, nós precisamos fazer um candidato que garanta esse movimento firme, um movimento que garante à Câmara dos Deputados livre de qualquer interferência de outro Poder", afirmou.

Maia alertou ainda que o tema das vacinas deve ser tratado com cuidado. Ele disse que propôs ao presidente Jair Bolsonaro que Congresso e governo tomem um mesmo caminho com relação à compra e à aplicação de vacinas contra a Covid-19.

Para o presidente da Câmara, a discussão pode ser uma das mais problemáticas para o governo. "Esse tema pode ser o mais perigoso para o presidente e ele não está vendo. Pode ser um tema que desorganize muito a base do governo, mais que as reformas", disse.

O líder do PSB na Câmara, Alessandro Molon (RJ), concordou com a decisão da Justiça. "Saem fortalecidas a Constituição, a democracia, a República. Saímos mais fortes desse episódio para enfrentar os Bolsonaro.

O presidente do Cidadania, Roberto Freire, disse que o STF agiu com perfeição. "Rosa Weber, Marco Aurélio, Cármen, Barroso, Fux e Fachin colocaram o gênio de volta na lâmpada. Queriam arrastar o STF para uma aventura política que enxovalharia a Corte e diminuiria a democracia a pretexto de salvá-la. Na democracia, as coisas são maiores do que os homens ", avaliou.

Reprodução

Bolsonaro avaliza ataques e ofensas de seu filho Eduardo contra a China

Álvaro Dias: "adiar a vacinação para março é crime de responsabilidade"

Para senador do Pode, "não podemos ser lenientes neste momento"

O senador Álvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que "adiar para março a vacinação [da Covid-19] no país", como pretende o governo Bolsonaro, "é crime de responsabilidade".

"Nós não podemos ser lenientes neste momento", disse.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também criticou a omissão do governo federal na busca pela vacina.

"Estamos há quase um ano em pandemia, perdendo vidas e procurando uma vacina contra o vírus. Por que o Ministério da Saúde não providenciou um mínimo planejamento de aquisição de insumos com antecedência? É um absurdo! Isso é brincar com a vida dos brasileiros!", publicou em suas redes sociais.

"Enquanto outros países já iniciam a vacinação, nós sequer temos um planejamento de quando e como vamos começar a nossa!".

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que só falta o governo federal se movimentar para adquirir a vacina.

Até agora, o governo Bolsonaro anunciou que serão apenas 15 milhões de doses até fevereiro. No fim do primeiro semestre serão 100 milhões de doses.

"Nós temos logística montada, temos câmaras frias em todos os estados, temos toda a infraestrutura para levar imunobiológicos a toda a população brasileira. O que a gente precisa é que o governo consiga ser o mais rápido possível", apontou.

O Senado Federal aprovou, na última semana, um projeto de lei que determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser priorizado na distribuição de vacinas até que a meta nacional seja atingida.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que é o autor do projeto, afirma que "a vacina é nossa esperança".

"O projeto não obriga ninguém a se vacinar, mas garante a distribuição para todos os estados e o acesso gratuito a todos que quiserem a vacina. Salvar vidas e acelerar a recuperação econômica são os objetivos do PL", explicou.

O senador Nelsinho Trad (PDS-MS), que foi relator do projeto, afirmou que "a responsabilidade que nós colocamos para o Ministério da Saúde vai ficar muito maior. Nós delegamos com muita tranquilidade para que eles possam fazer jus à missão de vacinar a população brasileira".

"Beato Salu" defende o negacionismo e o caos do governo atacando a OMS

"Não existe uma solução única para todos", argumentou o ministro Ernesto Araújo, em reunião da ONU, ao defender a paralisia do governo Bolsonaro diante da pandemia de Covid

O ministro da Relações Exteriores de Bolsonaro, Ernesto Araújo, defendeu, na quinta-feira (03), durante a sessão especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas, com a presença de 192 ropresentantes de países e 90 chefes de Estado, sobre o coronavírus, que a pandemia mundial da Covid-19 não deve ser enfrentada multilateralmente. Para o representante de Bolsonaro, que não quis participar do evento, a crise deve ser enfrentada "por nações individuais".

Araújo, ou "Beato Salu" – pela semelhança com o personagem de Roque Santeiro – achou conveniente defender o negacionismo adotado pelo governo Bolsonaro, que colocou o Brasil como segundo país do mundo em número absoluto de mortes, atrás apenas dos EUA de Donald Trump, atacando a Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Embora reconheçamos o mandato da OMS na pandemia, também identificamos deficiências críticas nessa organização, que devem ser resolvidas o mais rápido possível. A Covid-19 deve levar a melhores instituições multilaterais", disse ele.

Como na maioria absoluta dos países predominou o respeito à ciência na busca de soluções para a maior tragédia sanitária mundial, desde a pandemia de Influenza de 1918 (a chamada "Gripe Espanhola"), Ernesto Araújo preferiu advogar por "medidas individuais". "Não existe uma solução única para todos", argumentou. A "solução única" a que o ministro se refere, são as orientações gerais de uso de máscaras, distanciamento social, a higienização das mãos e a busca de uma vacina contra o vírus.

Em contraposição a isso, Bolsonaro advogou o não uso de máscaras, estimulou as aglomerações e seu próprio ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, acaba de afirmar que, no futuro, "vai ficar provado que o distanciamento não funcionou".

Ou seja, as "medidas individuais", que Ernesto Araújo defendeu na sessão da ONU, é "não fazer nada" contra a Covd-19. E é isso exatamente o que o governo Bolsonaro está fazendo diante da pandemia. Aliás, não só não faz nada, como atrapalha quem está fazendo.

Este é o caso da sabotagem do governo federal às pesquisas da CoronaVac, uma vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a gigante chinesa Sinovac. A vacina do Butantan/Sinovac já está quase pronta, inclusive já começou a ser usada em larga escala em outros países, e o governo brasileiro atrasa a sua aprovação e ainda não apresentou nenhum plano nacional de imunização.

Não bastasse isso, quase sete milhões de testes diagnósticos de Covid-19, fundamentais para o combate à disseminação e o controle da doença, foram estocados e retidos pelo governo em depósitos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, perdendo a validade, enquanto governadores e prefeitos, que estão na frente de batalha contra o vírus, não tinham testes para identificarem a presença do vírus em suas comunidades. O número de testes no Brasil, que já era totalmente insuficiente, vem sendo reduzido nos últimos três meses de pandemia.

Para sustentar as teses absurdas e obscurantistas, defendidas pelo governo Bolsonaro, como, por exemplo, o negacionismo da gravidade da doença – apesar de mais de 175 mil brasileiros mortos – ou o desdém à importância das vacinas, ou mesmo o escandaloso incentivo ao uso de cloroquina, uma droga sem eficácia comprovada para tratamento de Covid-19, inclusive obrigando o Exército Brasileiro a comprar toneladas de insumos para a produção da droga, Ernesto Araújo combateu o que ele chamou de clichês da OMS.

O clichê a que ele se referiu é o de que "crises globais precisam de soluções globais" ou "o mundo precisa de mais multilateralismo". "Clichês não vão ajudar a solucionar uma pandemia", insistiu. Para o ministro, o papel dos organismos seria apenas de servir como "local de coordenação".

A medida que Araújo enumerou como sendo tomada "individualmente" pelo Brasil para se contrapor à "medidas globais" da OMS, não foi, nem mesmo uma iniciativa do governo. Pelo contrário, foi tomada, apesar do governo.

A ajuda emergencial de R$ 600 para os desempregados foi um exemplo. A decisão foi do Congresso Nacional. O governo não queria adotá-la. Depois admitiu instituir uma ajuda, mas de apenas R$ 200. O Congresso rejeitou a "solução palaciana" e elevou o valor para R$ 600.

Ernesto disse que essa ajuda não foi iniciativa de organismos multilaterais. Não é verdade. Todos os órgãos multilaterais, até o FMI, alertaram para a necessidade de se socorrer as populações mais vulneráveis diante das consequências da pandemia na economia.

Sabotagem às relações lucrativas com a China é para bajular Trump e submeter o Brasil aos interesses do governo dos EUA

Jair Bolsonaro baixou uma ordem proibindo que qualquer integrante de sua equipe ministerial receba em audiências o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming. A informação foi publicada pelo jornal "O Globo" do domingo (06). Com esta decisão, Bolsonaro busca respaldar as recentes estultices de Eduardo Bolsonaro e Ernesto Araújo contra o país asiático.

Na segunda-feira (23/11), Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, afirmou que o Partido Comunista Chinês faria espionagem, caso a empresa Huawei entrasse no mercado brasileiro de telefonia móvel com tecnologia 5G.

A embaixada da China rebateu as afirmações do deputado dizendo que a postagem do filho do presidente Jair Bolsonaro "não tem qualquer fundamento e prejudica muito a relação entre os dois países".

"Na contracorrente da opinião pública brasileira, o deputado Eduardo Bolsonaro e algumas personalidades têm produzido uma série de declarações infames que, além de desrespeitarem os fatos da cooperação sino-brasileira e do mútuo benefício que ela propicia, solapam a atmosfera amistosa entre os dois países e prejudicam a imagem do Brasil. Acreditamos que a sociedade brasileira, em geral, não endossa nem aceita esse tipo de postura", diz a mensagem.

"Instamos essas personalidades a deixar de seguir a retórica da extrema direita americana (...) Caso contrário, irão arcar com as consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil", concluiu o protesto da parte chinesa.

No dia seguinte, o Ministério das Relações Exteriores, chefiado por Ernesto Araújo, que acaba de discursar na ONU atacando o multilateralismo e desfiando um rosário de teorias da conspiração, disse que a resposta da embaixada da China ao deputado federal (PSL-SP) foi de conteúdo "ofensivo e desrespeitoso" e "prejudica a imagem da China junto à opinião pública brasileira".

Ou seja, o chanceler se somou às agressões de Eduardo Bolsonaro, que nada mais são do que mera subserviência a Donald Trump e à extrema direita americana que nos últimos tempos têm tido verdadeiros ataques de nervos com a constatação de que foram suplantados pela China na tecnologia 5G. A Casa Branca está tentado vencer a disputa com a Huawei na base da força, proibindo que países sob sua influência contratem a empresa asiática.

Deputados federais protocolaram na quinta-feira (02) um requerimento pedindo ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que paute o "afastamento imediato" do deputado Eduardo Bolsonaro da presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, após os ataques gratuitos do deputado contra a China. Uma comissão foi criada na Câmara para fiscalizar a atuação do governo nas discussões sobre a implantação da tecnologia 5G no Brasil.

O governo Trump vem convencendo o governo Bolsonaro a banir a Huawei, empresa fornecedora de equipamentos de telefonia já instalada no Brasil, com o pretexto de que a empresa estaria a serviço da espionagem chinesa. O banimento da Huawei do Brasil traria como consequência o atraso da implantação do sistema no país, já que a empresa chinesa, que nega as acusações, já atua no Brasil há anos e é fornecedora de equipamentos para todas as teles que estão presentes no mercado brasileiro.

Em nota, as teles alertaram o governo de que a medida significará elevação de custos e será extremamente prejudicial ao país. O que Eduardo Bolsonaro faz não é outra a não ser agir como porta-voz dos interesses geopolíticos dos EUA no Brasil.

O ex-diplomata Roberto Abdenur, que atuou como embaixador em Pequim (1989 a 1993) e nos Estados Unidos (2004 a 2006) alertou para os equívocos cometidos pelo governo ao adotar essa posição. "O Brasil está metendo os pés pelas mãos de maneira desarrazoada e contraproducente. Eduardo Bolsonaro fala como deputado, como filho do presidente e como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. É de uma imensa irresponsabilidade, agora ameaçando causar danos graves aos interesses do Brasil com a China", afirmou Abdenur.

Com essa atitude de Bolsonaro, o governo brasileiro suspende unilateralmente a interlocução com o representante oficial da China, simplesmente maior parceiro comercial do Brasil. A China respondeu por 84% do saldo comercial brasileiro no primeiro semestre de 2020.

Segundo o Comexstat (site oficial de estatísticas de comércio exterior), as exportações brasileiras para a China nunca foram tão grandes. Enquanto as exportações brasileiras totais, em jan/mai de 2020, caíram 7%, as vendas para a China subiram 12%, fazendo com que a participação chinesa nas exportações brasileiras totais chegasse a 34%, um recorde histórico. O superávit do Brasil com China soma R$ US$ 28,8 bi de janeiro a setembro, diz FGV.

MPF: decisão de juiz que absolveu Arthur Lira afronta 'jurisprudência de tribunais superiores'

"A referida sentença não poderia motivar a absolvição sumária, tendo sido, ela, equivocadamente concedida", afirma o MPF

O juiz Carlos Henrique Pita Duarte, da 3ª Vara Criminal de Maceió (AL), anulou todas as provas e absolveu o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) poucos dias depois que o processo, no qual Lira é acusado de chefiar um esquema de "rachadinha", foi divulgado na imprensa.

O juiz Carlos Henrique Pita Duarte preferiu não entrar no mérito do processo, se Lira é culpado ou não. Absolveu-o sumariamente.

Arthur Lira é o candidato de Jair Bolsonaro para presidir a Câmara dos Deputados. A divulgação das suas falcatruas na Assembleia Legislativa de Alagoas fez muitos aliados questionarem a viabilidade da sua candidatura. A decisão do juiz veio a jato e no momento providencial.

O Ministério Público Federal (MPF) ainda pede a condenação e disse que vai recorrer da decisão.

O juiz deu razão à defesa de Lira, que alega que as provas contra o deputado foram colhidas por esferas não competentes e, por isso, deveriam ser anuladas.

Segundo Duarte, as provas foram obtidas "em violação de direitos e inobservância de regras legais e constitucionais".

Em nota, o MPF disse que "tem convicção de que ela [a decisão] não se coaduna com as jurisprudências das Cortes Superiores, que, no decorrer do processo, embasam a validade das provas produzidas".

"A referida sentença não poderia motivar a absolvição sumária, tendo sido, ela, equivocadamente concedida", diz o MPF.

A denúncia foi feita pelo MPF em 2018, mas só veio a público esta semana, após reportagem do Estadão. O processo aguardava a posição do juiz desde o dia 7 de agosto.

Poucos dias depois da revelação, o juiz resolveu agir em prol de Arthur Lira.

Segundo o MPF, Lira liderou, entre 2001 e 2007, um esquema para desviar recursos da Assembleia Legislativa de Alagoas.

Ele, que era primeiro-secretário, e outros doze deputados tinham assessores fantasmas para se apropriar dos salários. Cerca de R$ 254 milhões foram desviados. Só na conta de Lira foram parar R$ 9,5 milhões.

Auditor da Receita que estava na mira de Flávio é exonerado

O auditor-fiscal Christiano Paes Leme Botelho foi exonerado, na sexta-feira (04), do cargo de chefe do Escritório da Corregedoria da Receita Federal no Rio de Janeiro.

Ele foi citado pela defesa do senador Flávio Bolsonaro no caso que investiga o esquema de lavagem de dinheiro montado em seu gabinete na época em era deputado estadual no Rio de Janeiro.

Tanto a Receita como o antigo Coaf, este último perseguido por Bolsonaro até quase à extinção, e a própria Polícia Federal, já vinham sendo pressionados pelo Planalto. O Ministério Público do Rio denunciou, em novembro, Flávio Bolsonaro pelas práticas de lavagem de dinheiro. A acusação inclui ainda peculato, apropriação indébita e organização criminosa.

Flávio tenta desde o início do inquérito anular as provas de seus crimes. Seu argumento não é que elas não existem. É que elas teriam sido obtidas ilegalmente. Sua defesa tentou até no Supremo Tribunal Federal (STF) questionar a legalidade do relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que descobriu as movimentações suspeitas do assessor de Flávio, Fabrício Queiroz, que chegaram a R$ 7 milhões em três anos.

Como não conseguiram anular o relatório do Coaf, passaram a pressionar a Receita Federal. Alegação era de que o órgão teria cometido irregularidades em relação à declaração de bens do filho de Bolsonaro.

A quebra do sigilo bancário e fiscal dele, Flávio, e de dezenas de outros participantes do esquema criminoso levou a polícia a suspeitar que Flávio e sua mulher usaram imóveis e a loja de chocolates, que eles têm num Shopping na Barra da Tijuca, para lavar dinheiro desviado da Assembleia Legislativa do Rio.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

São Paulo iniciará a vacinação contra Covid-19 em 25 de janeiro

"Por que só vacinar os brasileiros em março se podemos começar em janeiro?", questionou Doria

O governo de São Paulo anunciou em coletiva nesta segunda-feira (7) que a vacinação contra a Covid-19 com a vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac, terá início no dia 25 de janeiro de 2021, priorizando idosos, profissionais de saúde, indígenas e quilombolas. O plano de imunização vale para todo o estado de São Paulo.

"A fase 1 começa no aniversário da cidade de São Paulo. Será destinada a pessoas com mais de 60 anos, além de indígenas e quilombolas. Serão imunizados também todos os profissionais de saúde que estão na linha de frente contra a Covid. A vacina será gratuita para todos no Sistema Único de Saúde de São Paulo", afirmou o governador de São Paulo João Doria (PSDB).

O governador criticou novamente o governo Bolsonaro por propor iniciar a vacinação em massa no Brasil pelo Plano Nacional de Imunização (PNI) apenas em março e ignorando a CoronaVac.

"Por que vacinar os brasileiros em março se os brasileiros podem começar a serem vacinados em janeiro? Se podemos começar a salvar vidas já, por que vamos esperar que diariamente quase 700 brasileiros percam a vida para atender um capricho de alguém que sentado no Palácio do Planalto acha que tem que ser uma única vacina no país?", questionou Doria.

"Isso não é justo, isso não é humano. Isso não representa a compaixão mínima que uma pessoa deve ter pela vida e pela existência. Eu tenho certeza que muitos dos jornalistas, cinegrafistas e pessoas que estão trabalhando aqui já perderam um amigo ou um parente para a Covid. Eu perdi. Eu sei o que é perder um amigo que se foi em menos de três dias com a Covid e vamos esperar que milhares de outros percam a vida porque alguém quer uma única vacina e que essa vacina tenha que ser priorizada em detrimento de outras", afirmou o governador de São Paulo.

"A vida é uma só, a existência é única. Triste o Brasil que tem um presidente que não tem compaixão pelos brasileiros, que abandonou o Brasil e os brasileiros", ressaltou Doria.

O governador ainda apontou que se ficar para março, a vacinação contra a Covid coincidiria com a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe;

A escolha do público-alvo para essa fase 1 levou em consideração a incidência de óbitos de coronavírus no estado de São Paulo.

Segundo Doria, pessoas de fora de São Paulo também poderão receber a vacina. "Qualquer brasileiro que estiver em solo e desejar poderá receber a vacina, ele não precisará comprovar residência em São Paulo", afirmou em coletiva.

"O que mais desejamos aqui é que o governo federal entenda que estamos em luta pela vida. Não é luta política, não é luta eleitoral, nós estamos lutando pela vida das pessoas, pela existência, pela oportunidade da volta ao normal. A volta ao normal no nosso país só ocorrerá com a vacina. E volto a repetir: Por que vacinar em março se podemos iniciar a vacinação em Janeiro para salvar mais brasileiros?", afirmou Doria.

Segundo o governador, "em São Paulo nós não seremos dependentes. Se necessário nós seremos independentes para atender a necessidade da população e salvar vidas".

Após afirmar que a vacina será dada para todo brasileiro que estiver em São Paulo, Doria foi questionado se isso não criaria um 'turismo de vacina' e como faria para garantir as doses.

"São Paulo é do Brasil, nós não vamos segregar nenhum brasileiros que estão aqui e não oferecer para quem precisa. Vamos vacinar e se precisar compraremos mais vacinas. São Paulo tem uma visão de respeito à vida e respeito a ciência. Nós aqui não estamos fazendo negacionismo, como nunca fizemos e nem protelando aquilo que pode ser feito de imediato. Vamos salvar os brasileiros", respondeu Doria.

ANTECIPAÇÃO

Para o governador o importante é que Bolsonaro inclua a CoronaVac no Plano Nacional e que "o PNI seja antecipado, como pode ser e que inclua todas as vacinas e não apenas a vacina de preferência do Presidente da República, do Palácio do Planalto. Todas as vacinas significam todas. Nós temos 4 vacinas em processo final de aprovação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aqui no Brasil, entre elas, a que está mais avançada é a CoronaVac", ressaltou Doria.

Até o momento o governo federal não incluiu a CoronaVac no Plano Nacional de Imunizações, nem firmou acordo de compra de doses da vacina com o Instituto Butantan. E desde outubro, Bolsonaro promove um verdadeiro boicote a vacina desenvolvida em São Paulo. Até comemorou quando a Anvisa chegou a paralisar os testes com a vacina de forma arbitrária, além de ter desautorizado o ministro Eduardo Pazuello que chegou a oficializar uma parceria para aquisição do imunizante paulista.

Durante a coletiva, o secretário estadual da Saúde, Jean Gorinchteyn, o estado tem a quantidade necessária de insumos para garantir que o programa ocorra no prazo previsto.

"Nós iniciaremos a campanha vacinal agora no 25 de janeiro e temos, sim, esses insumos, agulhas e seringas para vacinar esse público. Dessa maneira, não será necessário fazer aquisições, aguardo de licitações, porque nós já disponibilizamos em nosso estoque desses materiais", afirmou o secretário.

PROGRAMA NACIONAL

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas também defendeu a inclusão da CoronaVac no PNI. "Por várias vezes, temos repetidos que São Paulo caminha muito rapidamente para ter a 1ª vacina disponível no Brasil. O objetivo principal é que essa vacina seja incorporada ao programa nacional. Esse plano estadual apenas adianta o plano nacional, trazendo o início da vacinação para janeiro. Os brasileiros precisam dessa vacina", disse Dimas Covas.

"Estamos nos preparando para caso não ocorra a provisão e a incorporação da vacina pelo Ministério da Saúde, mas esperamos que isso aconteça", afirmou Dimas Covas.

O governo de São Paulo também anunciou que 4 milhões de doses da CoronaVac serão disponibilizadas para outros estados imunizarem seus profissionais de saúde

Ao todo, o acordo com o laboratório chinês garante 46 milhões de doses prontas e a transferência de tecnologia para o Instituto Butantan, que prevê a produção de 100 milhões de doses por ano.

Os dados do imunizante desenvolvido por laboratório chinês em parceria com o Butantan deverão ser submetidos à aprovação da Anvisa ainda esta semana.

A vacina, segundo informou o governo de São Paulo, será oferecida de forma gratuita em 10 mil pontos de vacinação, como postos de saúde, farmácias, escolas, quartéis da PM, estações de trem, terminais de ônibus, farmácias e sistema drive-thru.

Governo de SP

Vacinação priorizará profissionais de saúde e população acima de 60 anos

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO

PÚBLICO ALVO	1ª DOSE*	2ª DOSE*
Trabalhadores da Saúde, Indígenas e Quilombolas	25 JAN	15 FEV
75 anos ou mais	08 FEV	01 MAR
70 a 74 anos	15 FEV	08 MAR
65 a 69 anos	22 FEV	15 MAR
60 a 64 anos	01 MAR	22 MAR

Período de 21 dias entre a 1ª e 2ª dose

Após anunciar taxa extra na conta, Bolsonaro diz que população tem que apagar a luz e tomar banho rápido

Três dias depois do Governo Federal anunciar o aumento das tarifas de energia, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) veio cheio de ironia, durante sua live nas redes sociais, nesta quinta-feira (4), sugerir que os cidadãos fiquem menos tempo no chuveiro e apaguem as luzes para economizar.

"Eu apago todas as luzes do Palácio da Alvorada, não tem o porquê. Tenho certeza de que você que está em casa pode apagar uma luz agora. A gente pede que apague uma luz para evitar desperdício, toma banho um pouquinho mais rápido", disse Bolsonaro.

O aumento na energia se deu porque o governo Bolsonaro resolveu reativar o sistema de bandeiras tarifárias este mês. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) optou por adotar patamar vermelho 2, que na escala é o nível mais caro de todos.

O sistema de bandeiras tarifárias havia sido suspenso em maio por causa da pandemia do coronavírus. Inicialmente, a ausência de bandeiras seria até 31 de dezembro. Com a bandeira vermelha 2, a tarifa agora sofre acréscimo de R$ 6,243 a cada 100 kWh. (quilowatt-hora) consumidos.

Dois anos a frente da Presidência da República sem ter feito nada para melhorar o sistema elétrico brasileiro, Bolsonaro fez discurso tentando responsabilizar a falta de chuvas por uma crise que já era de conhecimento do governo: "Estávamos esperando as chuvas no final de outubro e começo de novembro, mas não vieram. Acho que estão sinalizando para os próximos dias uma chuva".

Protestos pedem por justiça após morte de meninas por tiro de fuzil no Rio de Janeiro

Moradores de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, protestaram na tarde de domingo (6) contra a morte das meninas Emily Victoria, de 4 anos, e Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, de 7 anos. Elas foram baleadas por tiros de fuzil na noite de sexta-feira (4), na porta de casa, na comunidade Santo Antônio.

Emily, de 4 anos, e Rebeca, de 7, morreram enquanto brincavam na frente de sua casa

Familiares das meninas afirmam que somente a Polícia Militar efetuou disparos momentos antes das meninas serem atingidas. Durante o ato, a mãe de Emilly, Ana Lúcia Silva Moreira, reafirmou que não havia confronto, nem operação policial, nem tiroteio na comunidade antes de a filha ser alvejada.

"Eles só sabem fazer isso, dar tiro. Olhou, dá tiro. Quando percebi, eu só peguei o documento. Porque eu já sabia, minha filha já estava estirada. A minha filha levou tiro de fuzil na cabeça. A minha filha já estava morta. A minha sobrinha deu tempo de correr e morreu ao lado da caixa d'água da mãe dela. Os moradores estão comigo. Não é vereador, não é prefeito, não é governador. São os moradores".

O protesto deste domingo na Praça Raul Cortez, no centro de Duque de Caxias, reuniu parentes e amigos das meninas e movimentos sociais.

A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) apreendeu as armas, sendo cinco pistolas e cinco fuzis, dos cinco policiais militares que estavam na região onde as meninas foram mortas para a realização de perícia. Os policiais também prestaram depoimento.

O CASO

Emilly Victoria, que completaria 5 anos esse mês, foi baleada na cabeça. Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos levou um tiro no abdômen. Ambas foram enterradas neste sábado (5) sob forte comoção.

O pai de Emily desmaiou diversas vezes e foi amparado por parentes. Segundo a ONG Rio de Paz, ele é ajudante de pedreiro e ajudou a enterrar a filha. "É isso aí que a gente leva, ó. Duas crianças, minha filha, minha sobrinha. Tô acabando de enterrar, isso fica aí pra comunidade, pros governadores", desabafou o pai enquanto fechava o local onde o caixão da menina foi colocado.

A avó de uma das meninas contou que estava chegando do trabalho. As meninas a esperavam na calçada para comprar um lanche, quando passou um carro da polícia, por volta das 20h. Os familiares disseram que não sabiam se havia algum tipo de perseguição e contaram que viram a polícia atirando.

"Estava chegando do trabalho e saltei do ônibus. Eu escutei no mínimo dez disparos. O ônibus passou e a blazer estava parada e deu aquele arranco para sair. Ele parou em frente à rua e simplesmente efetuou os disparos", disse Lídia Santos, avó de Rebeca. Ainda de acordo com os moradores, foram os vizinhos que levaram as vítimas para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Sarapuí.

VERSÃO DA POLÍCIA

A Polícia Militar afirma que uma equipe do 15º Batalhão (Duque de Caxias) estava fazendo um patrulhamento na Rua Lauro Sodré, na altura da comunidade do Sapinho, quando foram ouvidos disparos de arma de fogo. Segundo a PM, os agentes não dispararam. "Posteriormente, o batalhão foi acionado para verificar a entrada de duas pessoas feridas na UPA Caxias II (Sarapuí). No local, o fato foi constatado e tratcavam-se de duas crianças", diz a nota.

2º turno das eleições acontece no dia 20

Josiel Alcolumbre e Dr. Furlan disputarão 2º turno em Macapá

A capital do estado do Amapá, Macapá teve neste domingo (6), eleições para escolher o prefeito, vice-prefeito e 23 vereadores para a Câmara Municipal. Os candidatos Josiel Alcolumbre (DEM) e Dr. Furlan (Cidadania) vão disputar o segundo turno para a prefeitura da capital amapaense no próximo dia 20.

O primeiro teve 59.511 votos (29,47%) e o segundo, 32.369 (16,03%). Dez candidatos estavam na disputa eleitoral.

Macapá foi a única capital do país com as eleições adiadas. O que aconteceu após o apagão que deixou o estado do Amapá às escuras mais de 20 dias. Na avaliação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AP) não havia condições de segurança para a realização do pleito.

A campanha em Macapá foi atingida em cheio pelo apagão, que passou a ser o principal ponto abordado nas campanhas eleitorais. A demora de 20 dias para o restabelecimento do fornecimento de energia gerou duras criticas às gestões municipal de Clécio Luis (sem partido) e estadual de Waldez Góes (PDT), ambos apoiadores de Josiel Alcolumbre.

Josiel mantinha uma liderança relativamente tranquila nas pesquisas de intenção de voto até o início da crise energética, mas começou a perder pontos à medida que o racionamento de eletricidade perdurava.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) tentou se aproximar de Bolsonaro durante a crise energética. Ele esteve junto ao presidente, quando Bolsonaro, após 17 dias de apagão, resolveu visitar o estado.

Na ocasião, Bolsonaro foi recebido às vaias pela população amapaense.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, esteve na cidade para acompanhar o pleito. Em entrevista coletiva no sábado (5), ele defendeu a segurança das eleições municipais na capital e explicou o porquê de o adiamento não ter se estendido aos outros municípios do Amapá.

"A questão da capital, volto a dizer, não foi apenas o apagão, mas a segurança pública. A campanha tem prazo legal, que foi obedecido nas outras cidades", disse.

Veja o resultado com 100% das urnas apuradas:

- Josiel (DEM) - 29,47% (59.511 votos)
- Dr. Furlan (Cidadania) - 16,03% (32.369 votos)
- Capi (PSB) - 14,94% (30.160 votos)
- Cirilo Fernandes (PRTB) - 11,68% (23.588 votos)
- Patrícia Ferraz (Pode) - 11,27% (22.761 votos)
- Guaracy (PSL) - 8,51% (17.182 votos)
- Paulo Lemos (PSol) - 3,96% (7.998 votos)
- Haroldo Iram (PTC) - 1,99% (4.022 votos)
- Professor Marcos (PT) - 1,52% (3.075 votos)
- Gianfranco (PSTU) - 0,62% (1.243 votos)

Cedae deixa um milhão de pessoas sem água até o dia 23 de dezembro

Milhares de moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro estão convivendo com o desabastecimento ou o rodízio de água há quase 20 dias, depois que bombas da Companhia de Águas e Esgotos do Estado (Cedae) quebraram.

A privação de água deve durar até 20 de dezembro, segundo prazo estabelecido pela companhia para realizar os reparos necessários e resolver o problema.

De acordo com a Cedae, uma falha na 'Elevatória Lameirão' provocou a redução do fornecimento dos serviços que atingiu 17 bairros da capital fluminense e o município do Nilópolis, na Baixada Fluminense.

A Elevatória do Lameirão está operando com 75% da sua capacidade. A Cedae deu um prazo de 20 a 25 dias para os motores da unidade voltarem a operar com 100% de sua capacidade. Ao todo, três dos nove motores da elevatória estão fora de operação.

Em seu site, a companhia afirma que está realizando ações operacionais como manobras no sistema para redirecionar e equilibrar a distribuição de água nas redes de abastecimento – como forma de minimizar os impactos do serviço emergencial.

A Elevatória do Lameirão é responsável por pegar metade da água tratada na estação Guandu e bombeá-la para a superfície, para que seja distribuída para a população do Rio.

Contrato de trabalho intermitente é inconstitucional, diz Fachin no STF

Carlos Alves Moura/ABR

Ministro foi relator no julgamento do modelo criado na reforma trabalhista

Para Edson Fachin, modalidade dificulta a concretização de direitos fundamentais

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta quarta-feira (2), a constitucionalidade do trabalho intermitente criado pela reforma trabalhista, aprovada em 2017. O julgamento começou pelo voto do relator, ministro Edson Fachin, que considerou a modalidade de contrato inconstitucional por sua imprevisibilidade e exposição do trabalhador a uma maior situação de fragilidade e vulnerabilidade social.

As discussões tratam das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5826, 5829 e 6154, que questionam os dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que criaram o contrato de trabalho intermitente. Além do relator, se manifestaram as partes e as entidades interessadas admitidas no processo.

Nessa modalidade, o trabalhador passa a ser contratado com carteira assinada, mas sem a garantia de jornada e remuneração mínima de trabalho fixada, sendo chamado de acordo com a necessidade da empresa e, assim, pode ficar meses sem trabalhar e, consequentemente, sem remuneração.

De acordo com o ministro, o trabalho intermitente não respeita as garantias fundamentais mínimas e descumpre o princípio constitucional da dignidade humana por meio da "instrumentalização da força de trabalho humana e ameaçando, com isso, a saúde física e mental do trabalhador, constituindo-se, por isso, norma impeditiva da consecução de uma vida digna".

Fachin destacou que, segundo a lei impugnada, os direitos fundamentais sociais expressamente garantidos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal, como 13º salário, férias remuneradas e seguro-desemprego, ficarão suspensos por todo o período em que o trabalhador, apesar de formalmente contratado, não estiver prestando serviços.

Fachin afirmou, ainda, que a imprevisibilidade e a inconstância dessa modalidade de contrato dificultam a concretização dos direitos fundamentais trabalhistas, pois, como não há obrigatoriedade de convocação, o trabalhador fica impossibilitado de planejar sua vida financeira.

"Sem a garantia de que vai ser convocado, o trabalhador, apesar de formalmente contratado, continua sem as reais condições de gozar dos direitos que dependem da prestação de serviços e remuneração decorrente, sem os quais não há condições imprescindíveis para uma vida digna", afirmou Fachin.

Ações Diretas de Inconstitucionalidade

A ADI 5826 foi ajuizada pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro); a ADI 5829, pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (Fenattel); e a ADI 6154 foi apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

As entidades sustentam, entre outros pontos, que o contrato intermitente provoca a precarização da relação de trabalho e funciona como justificativa para o pagamento de salários inferiores ao mínimo, assegurado constitucionalmente. Além disso, a modalidade como previsto na "reforma" trabalhista, impede à organização coletiva o que viola o direito social fundamental de organização sindical, uma vez que os trabalhadores admitidos nessa modalidade podem atuar em diversas atividades. A votação continua nesta quinta-feira (03).

Divulgação

Empresa anunciou plano de demissão incentivada, com início em janeiro

Após governo defender privatização, direção dos Correios anuncia demissão de 14 mil

A direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios) anunciou, na última sexta-feira (04), um novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI/2020) com o objetivo de demitir 14 mil trabalhadores. A empresa informou que as demissões ocorrerão entre os dias 4 e 15 de janeiro de 2021.

O anúncio do plano foi feito dois dias após o governo afirmar que pretende privatizar nove estatais em 2021, entre elas os Correios. Para implementar seu projeto, o governo anuncia o processo de demissão em massa, após um período de retirada de direitos e redução de benefícios que, em setembro, culminou na maior greve da categoria dos últimos anos.

O público alvo são os trabalhadores aposentados, os que ocupam cargo em extinção na empresa ou que trabalhem na estatal por 15 anos ou mais na data do desligamento.

No momento em que o país vive uma crise sem precedentes, com recordes de desemprego e a incerteza do rumo econômico do país, a direção da empresa diz que a adesão ao plano seria uma oportunidade para o trabalhador "aproveitar a sua aposentadoria, investir em novos desafios ou dedicar mais tempo à sua família".

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego do país saltou para um novo recorde no terceiro trimestre do ano, alcançando 14,6%. Isso significa que 14,1 milhões de brasileiros estavam procurando emprego no período de julho a setembro.

O plano aparece sobre a justificativa de adaptar "o quadro funcional à realidade do mercado" e reduzir despesas com pessoas mesmo com aumento nas receitas durante o ano. De acordo com a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores da ECT (Findect), os dados do balanço parcial da estatal mostram que os Correios tiveram um lucro de quase R$1 bilhão só de janeiro a setembro de 2020.

Para o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios em São Paulo (Sintect-SP), "o Governo insiste na privatização dos Correios com argumentos exclusivamente fiscais e financeiros, descolados discussão necessária e sem explicar que a empresa dá lucro e pode dar muito mais", afirma a entidade.

Governo reduz investimento anual por aluno do Fundeb e zera reajuste do piso salarial

O governo Bolsonaro editou uma Portaria que reduz o investimento por aluno anualmente, alterando a gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (novo Fundeb). A Portaria Interministerial nº 3, assinada por Paulo Guedes e Milton Ribeiro, ministros da Economia e Educação, respectivamente, foi publicada no último dia 26 em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

A Portaria reduz de R$ 3.643,16 para R$ 3.349,59 (- 8%) o investimento anual por aluno, e também anulou os ganhos salariais dos professores da educação pública para 2021. Ao diminuir o valor anual, o governo Bolsonaro também atinge a soma de recursos do Fundeb.

O Fundeb é a mais importante fonte de recursos para o financiamento da educação básica e que inclui também a remuneração dos profissionais da educação. Com a queda dos investimentos, a política de valorização dos professores também é prejudicada. A previsão era de que no próximo ano, o piso salarial do magistério teria uma atualização de 5,9%. Com a redução no investimento mínimo, a categoria terá agora reajuste zero.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a publicação da Portaria "mantém a trajetória negacionista do governo Bolsonaro diante da crise do coronavírus no Brasil, e projeta junto com outras medidas de arrocho fiscal a inevitável (e arquitetada) desestruturação da escola pública brasileira, a partir de 2021."

"Neste momento, o governo federal atua para se vingar da derrota sofrida na aprovação da Emenda Constitucional nº 108, que instituiu o Fundeb permanente, porém sua irresponsabilidade afeta não apenas a escola pública, como também grande parte dos estados e municípios do Brasil, que serão afetados imensuravelmente com desequilíbrios orçamentários", diz nota da CNTE.

De acordo com a CNTE, além de retirar recursos do Fundeb, recém aprovado no Congresso Nacional, o governo Bolsonaro também contingenciou mais de 90% dos recursos do Ministério da Educação (MEC) destinados à educação básica em 2020, com exceção da complementação obrigatória de 10% – previsto no antigo Fundeb – e propôs, no orçamento federal para 2021, a supressão de cerca de outros R$ 5 bilhões originalmente vinculados ao MEC.

"O governo ainda vetou os dispositivos da Lei 14.040, que destinavam recursos do 'Orçamento de Guerra' da União para financiar as redes escolares estaduais e municipais durante e após a pandemia da Covid-19, e tem atuado para desconfigurar os objetivos do novo Fundeb permanente durante a tramitação da futura Lei de regulamentação no Congresso Nacional", denuncia a CNTE.

A Confederação afirma que, com a Portaria nº3, todos os Municípios brasileiros que recebem complementação estadual e federal do Fundeb – nesse último caso, estados e Municípios – terão que devolver parte dos recursos recebidos desde janeiro de 2020. Com isso, ainda que possa ser contestado juridicamente, nem mesmo a expectativa de aumento percentual da complementação da União em 2% para 2021 dará conta de suprir as perdas com a presente redução de 8,7% no custo aluno ano do Fundeb em 2020. Com a queda de arrecadação de estados e Municípios, aliado ao aumento nos gastos provocados pelas necessidades de combate à pandemia, esse cenário se torna ainda mais grave.

"Ao invés de ajudar os entes subnacionais no momento da pandemia, o governo federal impõe mais uma grave restrição orçamentária às administrações públicas, que certamente não conseguirão reabrir as escolas, quiçá honrar os compromissos salariais com seus servidores públicos. Trata-se de uma conjuntura de caos fiscal e social motivada pela ingerência da União sobre o Fundeb, especialmente por não ter observado os prazos e condições previstos no art. 6º c/c art. 4º da Lei 11.494 [de 2007 que regulamenta o Fundeb], fato que enseja gravíssimo crime de responsabilidade", defende a CNTE.

"Diante da gravidade desse cenário irresponsável criado pelo governo Bolsonaro, a CNTE requer do parlamento brasileiro a aprovação de medidas que sustem imediatamente os efeitos da Portaria nº 3/2020, impedindo que maiores absurdos sejam cometidos contra a educação brasileira e seus profissionais", exige a CNTE.

A entidade defende, ainda, a urgência da aprovação da regulamentação do novo Fundeb de modo a assegurar a lei nacional do piso do magistério da Lei 11.738, "até que outro dispositivo de valorização seja assegurado aos profissionais da educação". Essa medida é essencial para evitar quaisquer manobras com vistas a colocar em dúvida a vigência da Lei do Piso, em 2021, e/ou atrasar sua execução que deve ser perene".

Trabalho precário tem maior alta em outubro desde 2008, aponta Caged

As contrações temporárias com carteira assinada, em outubro, atingiram a maior marca desde 2008, início da série do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Ao contrário do que ocorre anualmente nos meses que antecedem as festas de final de ano, quando o aquecimento no comércio impulsiona esse tipo de contração em toda a cadeia produtiva e de serviços, as admissões de temporários desse ano se dão pelo cenário incerto da economia.

Com o aumento do trabalho temporário, cresce o trabalho precário. No contrato temporário, o trabalhador não tem direitos previstos na CLT como aviso prévio, 13º salário, multa em caso de rescisão contratual e estabilidade da gestante.

Segundo matéria publicada pelo Estadão, o saldo de admissões de temporários foi de 30,7 mil trabalhadores em outubro. Entre junho e outubro, o crescimento na precarização das contratações foi de 25%, uma taxa dez vezes maior do que a registrada no avanço do estoque total de empregados formais no mesmo período, que foi de 2,3%.

Para o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin, as empresas estão temerosas e optam pelos temporários para o caso de precisarem se desfazer da mão de obra, por isso, "tentam não se amarrar", afirma o economista.

Esse tipo de contração vem se dando em grandes empresas, como montadoras e fabricantes de eletrodomésticos, como a Whirlpool, por exemplo, que fabrica geladeiras, fogões e lavadoras. Segundo o presidente da empresa, por conta das incertezas em relação a 2021 "estamos bem criteriosos no emprego efetivo".

Na Whirlpool, que emprega 11,2 mil trabalhadores, a admissão de temporários cresceu 20% este ano em relação a 2019.

Governo irá cortar 15% do Inpe em 2021, diz ministro

O governo federal pretende cortar cerca de 15% do orçamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em 2021.

A informação foi dada pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Marcos Pontes, em entrevista coletiva na segunda-feira (30).

"Para o ano que vem a expectativa não é boa. Por razões óbvias, todo mundo tem acompanhado o aperto fiscal que nós temos, essas restrições todas, não é só o Ministério de Ciências e Tecnologia, todos os ministérios passam ou vão passar pelo mesmo aperto ano que vem", afirmou o ministro.

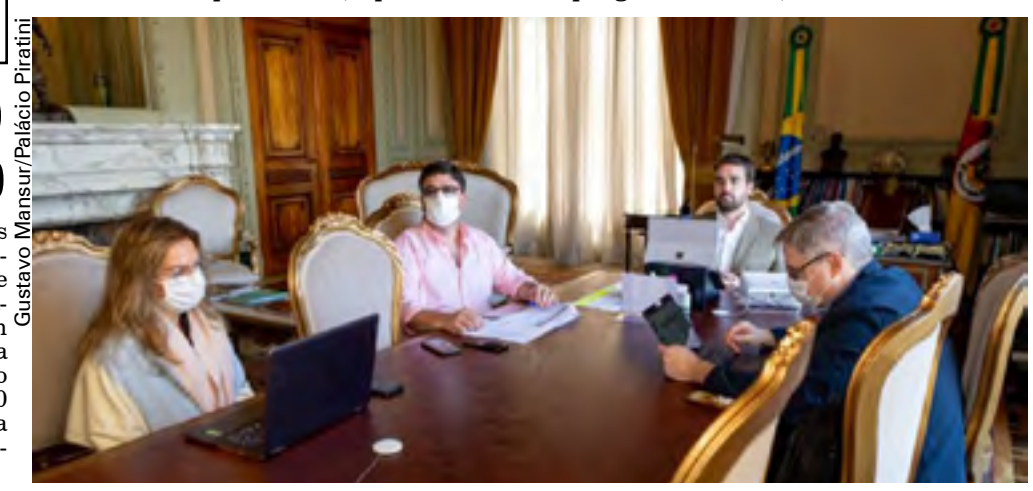
O corte será "provavelmente em torno de 15%, é o que a gente está estimando, lembrando que ainda não temos os números completos", disse.

O órgão é responsável pelo monitoramento da Amazônia e do Cerrado, e acompanha diariamente os índices de desmatamento, além de investir em pesquisas nas áreas de ciência espacial e da atmosfera, metereologia e tecnologia espacial.

A informação sobre cortes no orçamento do Inpe se deu exatamente na coletiva de imprensa para divulgar os dados do próprio Inpe, que revelam o maior índice de desmatamento na Amazônia desde 2008, com 11.088 km² de floresta derrubada entre agosto de 2019 e junho de 2020 – uma perda de 9,5% na comparação com o período anterior.

Desde o início do governo Bolsonaro o Inpe vem sendo alvo de ataques por parte do presidente da República, que acusa o órgão de estar "à serviço de ONGs" e de divulgar "dados mentirosos" sobre queimadas e desmatamento na Amazônia. Em 2019, o respeitado cientista Ricardo Galvão foi exonerado da direção do Inpe quando rebateu afirmações de Bolsonaro de que os dados divulgados pelo órgão foram para prejudicá-lo.

Diante da previsão do corte no orçamento para 2021, o diretor do Inpe, Clézio de Nardin, informou que pretende substituir o supercomputador usado nos cálculos da previsão do tempo por duas máquinas de menor porte. Além disso, o Inpe afirma que pretende compensar a redução orçamentária com outras parcerias.



Gustavo Mansur/Palácio Piratini

Servidores do RS repudiam PEC de Eduardo Leite que congela investimentos por 10 anos

O governo do Rio Grande do Sul propôs, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos, o congelamento das despesas primárias por 10 anos, a partir de 2021.

De acordo com o Sindicato dos Servidores de Nível Superior do RS (Sintergs), a medida do governo Eduardo Leite cairá como uma "bomba relógio", uma vez que impede o aumento dos investimentos sociais e congela a remuneração dos servidores.

"Podemos chamar a PEC de bomba relógio. Está pronta para explodir no colo dos mais pobres e da população do Rio Grande do Sul", afirma o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. A PEC foi enviada à Assembleia Legislativa do Estado na última quinta-feira (3).

De acordo com a entidade, a proposta trata da austeridade fiscal apenas pelo lado da despesa primária, que são as despesas para manutenção dos serviços públicos. "Pra quê?", questiona o dirigente do Sintergs. "Para gerar superávit primário e continuar pagando juros da dívida e enriquecendo os 1% mais ricos", afirma.

Conforme Medeiros, o projeto do governo não é o de recuperação da economia, ou desenvolvimento, mas sim um "foco é exclusivo na privatização". "Diante do impasse de ter que atender a população com o básico e não poder aumentar gastos, Leite criará forçadamente a necessidade de vender patrimônio público, mesmo se a arrecadação estiver crescendo".

O Sintergs faz um apelo para que o movimento sindical se una contra a lógica da austeridade, ressaltando que as desigualdades no país se intensificaram a partir da aprovação da emenda constitucional 95, que instituiu o teto de gastos no governo federal.

Franceses exigem revogação da lei que pune filmar policiais violentos

Anne-Christine Poujoulat – AFP

"Quando chega a vacina contra violências policiais?", questiona manifestante

O segundo fim de semana de protestos contra a proibição que os franceses denominam de "lei da mordaça" levou dezenas de milhares às ruas de Paris e mais de uma centena de cidades

Dezenas de milhares de manifestantes voltaram às ruas da França no sábado (5) para exigir que a lei que proíbe a filmagem de policiais violentos e amplia a vigilância em massa por câmeras, inclusive com drones, seja retirada do parlamento, ao invés de apenas remendada, como propôs em recuo o governo Macron.

As manifestações aconteceram em Paris e em mais quase uma centena de cidades e vilas. Na capital francesa, houve confrontos entre a polícia de Macron e alguns grupos vestidos de preto, com carros incendiados e vitrines quebradas, fazendo o jogo do regime.

O repúdio à lei cresceu muito com o brutal espancamento, flagrado em vídeo, de um produtor musical negro, dentro de seu próprio estúdio na semana passada. O que forçou o governo Macron a propor reescrever o artigo 24 – que ameaça com 1 ano de cadeia e multa de 45.000 euros quem filmar a truculência -, mas mantendo o resto do atropelo.

Inicialmente, estava previsto um ato – que ocorre anualmente – das centrais sindicais contra a precarização do trabalho na França, que acabou engrossado para incluir a retirada total da lei mordaça de Macron, preconizada pelo coletivo # StopLoiSécuritéGlobale, que inclui entidades pelas liberdades democráticas e jornalistas.

Lei que denunciam como um golpe "à liberdade de imprensa, liberdade de expressão e liberdade de manifestação", e que estabelecerá "instrumentos de vigilância em massa".

Explicando a convergência das duas mobilizações, o secretário-geral da CGT, Philippe Martinez, sublinhou na passeata que "não há oposição entre as liberdades públicas e individuais e o fato de lutar contra a insegurança e o desemprego, especialmente durante o atual período".

O secretário nacional do Sindicato Nacional dos Jornalistas/CGT, Emmanuel Vire, assim que o governo Macron se viu forçado ao primeiro recuo, comemorou, considerando-o "uma primeira vitória".

Ele chamou de "impressionante" a unidade e amplitude alcançadas pelo movimento, ao reunir "desde a Sociedade de Jornalistas do Figaro [jornal conservador] até os coletes amarelos". "Queremos que a pressão seja mantida até a revogação total dos artigos 22,23 e 24 e reformulação do 'Plano Nacional de Manutenção da Ordem'", afirmou.

No protesto, três bonecos gigantes de Macron, de seu ministro Darmanin e do chefe de polícia da capital, chamavam a atenção, enquanto manifestantes bradavam "basta de desemprego e precariedade/ Basta de Estado Policial/ Abaixo, Abaixo a Lei de Segurança Global".

O advogado Ariel Alimi, da Liga dos Direitos Humanos, responsabilizou o chefe de polícia Didier Lallement pelos confrontos e acrescentou que ele havia "deliberadamente sabotado a manifestação". Enquanto isso, depois de apostar no conflito, o ministro Darmanin foi ao Twitter postar que os "bandidos destroem a República" e exaltar "nossa polícia e nossos gendarmes".

Na véspera, em entrevista a um portal de público jovem, Macron cinicamente atribuiu aos deputados a apresentação da famigerada lei, encenou indignação com os policiais que espancaram um produtor musical negro e disse não poder "permitir que digam que estamos reduzindo as liberdades na França". "É uma grande mentira. Não somos a Hungria nem a Turquia", asseverou.

Em visita a Marselha, o líder do partido França Insubmissa, e provável candidato a presidente nas próximas eleições, Jean-Luc Mélenchon, instou Macron a recuar da 'Lei de Segurança Global'.

"Tem que jogar tudo no lixo. Não há vergonha em recuar. Mitterrand, Chirac, Hollande conseguiram. Às vezes, é melhor recuar do que mergulhar em uma batalha que divide", declarou.

Mélenchon, que havia considerado o vídeo do espancamento do produtor musical negro como "a prova terrível da natureza vital do direito de filmar a ação policial" e chamada a polícia francesa de "milícia bárbara", incluiu dois sindicatos de policiais facciosos, Alliance e Unidade SGP-FO, entre os responsáveis por açular a violência na atuação policial e por criar um fosso entre a população e os agentes da lei.

Na manifestação em Paris, uma colete amarelo, que se identificou apenas como Nadine, disse à France Presse, que em dois anos não tinha visto

EUA: diretores da Tyson Foods apostaram quantos funcionários da empresa contrairiam Covid

Bolão entre os diretores aconteceu depois dos funcionários da empresa Tyson Foods, processadora de carne de porco, terem sido forçados a trabalhar em condições insalubres em uma de suas unidades. 1.000 caíram doentes

"Enquanto o dono da empresa Tyson Foods tornou-se US$ 600 milhões mais rico durante a pandemia, 1.000 de seus trabalhadores foram infectados com Covid-19 porque foram forçados a voltar ao trabalho em unidades inseguras e insalubres enquanto os diretores da empresa apostavam em quantos ficariam doentes. Temos que pôr um fim nesta nefasta ganância", denuncia o senador democrata por Vermont, Bernie Sanders.

A denúncia foi formulada por Sanders, em 19 de novembro, assim que ele soube da ocorrência que levou à morte do operário Isidro Fernandez, que trabalhou em uma das unidades da empresa e que além dele outros 35 foram a óbito após contraírem a doença.

"36 trabalhadores morreram. As condições eram tão más que 'chocaram profundamente' um xerife local. Por isso não voto a favor de uma licença que permita às corporações para que possam causar dano aos trabalhadores. Temos de fazê-las responder por isso", acrescentou o senador.

A Tyson acabou sendo processada por causar a morte do trabalhador Isidro Fenandez. No processo, o principal acusado é o diretor da unidade, Tom Hart, que organizou o macabro bolão pelo qual os demais diretores apostaram em quantos dos funcionários obrigados a trabalhar em condições de aglomeração em uma unidade de embalagem de carne de porco, na cidade de Waterloo, no Estado de Iowa, ficariam doentes. Os trágicos acontecimentos ocorreram no período do final de março a início de abril.

A primeira denúncia foi formulada pelo xerife do condado de Black Hawk, Tony Thompson, após sua visita à empresa junto com funcionários do setor de saúde.

Segundo Thompson, que se disse "profundamente chocado" os trabalhadores estavam amontoados e muitos sem proteção facial. No processo está dito que a empresa foi instada pelo xerife a fechar a unidade, mas que isto não foi atendido.

Diz ainda o processo, que à medida que os funcionários de Waterloo ficavam doentes, outros eram transferidos para lá de demais unidades da empresa, sem qualquer teste de Covid "piorando a propagação do vírus".

A empresa acabou fechando a unidade de Waterloo, mas somente depois de tomar conhecimento do processo.

300 mil argentinos serão vacinados com a Sputnik V já em dezembro

Juan Mabromata -EFE

Argentina adquire 25 milhões de doses da Sputnik V

O presidente Alberto Fernández confirmou nesta quinta-feira que a Argentina poderá imunizar, até o final do ano, ao menos 300 mil pessoas contra o coronavírus com a vacina russa Sputnik V.

Resultado de uma parceria firmada com a Rússia, o governo argentino está adquirindo 25 milhões de doses para enfrentar a Covid-19. "Poderemos vacinar 300 mil pessoas antes do final do ano. Cinco milhões de pessoas em janeiro e mais cinco milhões em fevereiro. Este contrato já está em condições de estar assinado e espero que entre hoje e amanhã esteja terminado", destacou Fernández.

Conforme o chefe de Estado argentino, os primeiros a serem vacinados serão precisamente "os que mais riscos tenham" frente à pandemia. Fernández agradeceu a compreensão e a solidariedade do presidente Vladimir Putin na superação de todos os obstáculos. "Estou muito feliz e grato ao governo russo, porque eles têm nos apoiado totalmente e nos deram a vacina de que precisávamos com rapidez", assinalou o presidente argentino.

De acordo com o ministro da Saúde da Argentina, Ginés González García, a perspectiva de colocar à disposição da população uma grande quantidade de vacinas no menor prazo possível sempre esteve muito presente em todo o Executivo. "O presidente está ocupado, preocupado, obcecado e isso faz com que estejamos querendo iniciar rapidamente a vacinação", acrescentou García.

Neste sentido, o ministro explicou que o governo veio se preparando para o começo dos operativos, a fim de que tudo transcorra sem problemas e com o máximo de agilidade assim que a vacina for liberada. "Estamos trabalhando há vários meses sobre como trazer a vacina, de que forma vem, todo este tipo de coisas. O desafio logístico é muito grande", esclareceu.

Em relação à vacinação, García disse que o objetivo é conseguir que "seja simultânea e equitativa". A Argentina, que começou com bons resultados o início do combate à pandemia, agora registra uma das mais altas taxas de letalidade por covid-19 do mundo, com quase 40 mil mortos e 1,44 milhão de infectados em um país de 45 milhões de habitantes.

Logo que começou a pandemia, o governo argentino efetuou fortes restrições e a Argentina registrou um dos números mais baixos de contágio no continente. No entanto, nos últimos meses isso fugiu do controle e o principal motivo para o agravamento foi a propagação do coronavírus pelo interior do país, conforme avalia Omar Sued, presidente da Sociedade Argentina de Infectologia.

Até pouco tempo atrás, praticamente não havia casos da doença no interior. Mas a reabertura no início de setembro foi feita sem os mesmos protocolos de prevenção contra o vírus que foram aplicados na Cidade Autônoma de Buenos Aires, a capital do país, e na Província de Buenos Aires.

A falta de precaução tornou o interior um terreno fértil para o avanço da covid-19. "Hoje, a situação é delicada", diz Sued. Com o início da vacinação, o governo argentino pretende evoluir para voltar a colocar a situação da saúde da população sob controle.

Em meio a levante, parlamento peruano revoga lei de arrocho de trabalhadores do campo

Após cinco dias de manifestações e bloqueios de estradas, o Congresso unicameral do Peru revogou a Lei de Promoção Agrária, instaurada pelo governo de Alberto Fujimori, que permitia o corte de direitos trabalhistas, outorgava benefícios tributários a empresas exportadoras, principalmente multinacionais, e deixava sem controle a atuação de empresas que terceirizam o emprego.

A revogação foi aprovada com 114 votos a favor, dois contra e sete abstenções.

Por essa lei, o salário diário dos trabalhadores agrícolas é de 11 dólares (aproximadamente 57 reais), e deixava em aberto a duração da jornada máxima de trabalho, que é de até mais de 12 horas diárias. Os trabalhadores exigem 18 dólares (93 reais) por dia, controle das horas trabalhadas e outros benefícios.

Milhares de manifestantes saíram às ruas da capital, Lima, na sexta-feira (04), marchando até o Parlamento nacional em apoio aos camponeses, saudando a eliminação da lei. Foram levantados os bloqueios das estradas que, nas regiões agrícolas de Ica, ao sul do país; e de La Libertad, no Norte, tinham parado centenas de ônibus de passageiros e caminhões carregados de alimentos, justamente nas áreas que abrigam as mais importantes empresas agroexportadoras do país.

Muitos guardaram um minuto de silencio pelo jovem de 19 anos assassinado durante a repressão a um protesto no norte do país.

"Lamento profundamente a terrível morte de um jovem trabalhador em Virú. Expresso minhas condolências a seus familiares. Os responsáveis serão rigorosamente sancionados. Exercer o direito ao protesto não deve levar à morte", disse o presidente interino, Francisco Sagasti, que assumiu o poder há pouco mais de duas semanas em meio a uma crise marcada por três presidentes tomando posse em uma semana.

Jorge Muñoz, de 19 anos foi morto a tiros na quinta-feira em Virú, 490 quilômetros ao norte de Lima, enquanto a polícia tentava abrir caminho em um trecho da Pan-americana, que cruza de norte a sul o país, a partir da fronteira com o Equador e vai até o Chile.

Mario Fernández, 23, também morreu nos bloqueios, informou o governador de La Libertad, Manuel Llempén, na sexta-feira (04).

O presidente da Frente de Trabalhadores Agrários de Ica, Julio Carbajal, denunciou a precariedade dos trabalhadores do setor, assinalando que "na agricultura, são salários ínfimos por jornadas de trabalho de mais de 12 horas e em condições inaceitáveis. Não pode e não vai continuar assim!"

Uruguaios se despedem de Tabaré Vázquez, ex-presidente eleito pela Frente Ampla

Miguel Rojo-AFP

Tabaré foi o primeiro da FA eleito prefeito de Montevidéu

Tabaré Vazquez, ex-presidente do Uruguai, que ocupou o cargo por duas vezes, exercendo os mandatos de 2005-2010 e 2015 a 2020, faleceu na madrugada deste domingo (6). Ele lutava contra um câncer pulmonar.

Tabaré foi o primeiro a ser eleito pela Frente Ampla, que reuniu diversas forças progressistas e que rompeu uma hegemonia de longa data entre duas forças direitistas que se alternavam no poder: os partidos Nacional e Colorado.

Tabaré Vázquez também foi o primeiro da Frente Ampla a chegar a prefeito de Montevidéu em 1989.

"Com profunda dor comunicamos o falecimento de nosso querido pai", afirma comunicado de seus três filhos Álvaro, Javier e Ignacio.

Seu filho, Álvaro Vázquez acrescentou, em outro comunicado, que ele faleceu "enquanto descansava em seu lar acompanhado de familiares e amigos".

"Em nome da família, agradeço a todos os uruguaios o carinho recebido por ele ao longo de tantos anos", acrescentou Álvaro.

O presidente atual, Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, que venceu a Tabaré no último pleito, foi dos primeiros a se posicionar; "enfrentou com coragem e serenidade sua última batalha. Tivemos instâncias de diálogo pessoal e político que valorizo e que recordarei. Serviu a seu país e com base em seu esforço obteve conquistas importantes. Foi presidente dos uruguaios. O país está de luto. Que em paz descanse".

A Frente Ampla anunciou que não haverá velório e que o enterro será uma solenidade íntima da família em meio ao esforço de se evitar a propagação do Covid, mas convocou os cidadãos a "acompanhar desde seus lares e através dos meios de comunicação, o cortejo que partirá da sede da Prefeitura de Montevidéu até o cemitério de La Teja, às 13:00".

A FA também convocou os uruguaios a expressarem sua despedida cantando a canção "Defender a Alegria", de Mario Benedetti e Joan Manuel Serrat, junto com um prolongado aplauso coletivo.

Imunização contra a Covid-19 tem início na Rússia, Inglaterra e Indonésia

A vacinação em larga escala teve início no sábado (5) em Moscou. Foram disponibilizados 70 centros espalhados pela cidade para atender aos residentes da capital da Rússia que são orientados a agendamento prévio pela internet, para evitar filas e aglomerações. O agendamento para a vacinação foi aberto na sexta-feira. O prefeito de Moscou, Sergei Sobianyn, informa que a média de inscritos já nos primeiros dias chega 1.000 pessoas por hora.

Os russos serão vacinados com a Sputnik V, a primeira a ser registrada em todo o planeta. A eficácia testada do produto russo chega a 97%.

As agências de notícia da Rússia informam que, a partir desta segunda, já começam a ser vacinados cidadãos de outras cidades do país.

Assim como na Rússia, a imunização já dá os primeiros passos em diversos países, seja com a vacinação já em curso ou com a programação de vacinação ainda este mês de dezembro, ou no início do mês de janeiro.

A vacinação na Inglaterra tem início nesta terça-feira (8), segundo informou, no domingo, o ministro da Saúde do Reino Unido, Matt Hancock.

Os ingleses receberão aplicações da vacina desenvolvida pela norte-americana Pfizer em parceria com a alemã BioNTech. Apesar dos fabricantes assegurarem uma eficácia de 95% desta vacina, ela tem o incoveniente de somente manter validade se armazenada a temperaturas de -80ºC. Para transporte, foram desenhadas caixas acondicionadas em outras caixas e com gelo seco para preservar a baixa temperatura.

As recentes notícias sobre adiantados preparativos para a vacinação chegam da Indonésia, onde já aportaram 1,2 milhão de doses da vacina Coronavac, produzida pela empresa chinesa, Sinovac. Outra carga com 1,8 milhão deve aportar no país do sul da Ásia, nos próximos dias. Também estão previstos insumos para fabrico local (no estilo do nosso Instituto Butantan) capazes de fornecer mais 45 milhões de doses.

Também avançam em termos de vacinação a Argentina, mediante a russa Sputinik V (ver matéria nesta página) e a Turquia, cuja preferência foi conferida à chinesa Coronavac (ver matéria na página 7).

Também adiantam os preparativos para dar início a vacinação em larga escala a Alemanha e Portugal, entre outras nações.

Vacinação massiva contra Covid-19 começa em Moscou com Sputnik V

Yulia Ivanko/Mos.ru

Campanha de imunização com a vacina Sputnik V teve início no sábado, dia 5

A urgência da vacinação foi solicitada pelo presidente Putin em reunião do gabinete ministerial durante a semana passada. A inscrição pela internet tem evitado aglomeração

A vacinação, em larga escala, contra a Covid-19 teve início em Moscou no sábado (5). A vacina Sputnik V está sendo aplicada em 70 centros especialmente abertos para atender aos moscovitas inscritos pela internet.

O sistema foi organizado de tal forma para evitar aglomerações através de agendamento via eletrônica. O prefeito de Moscou Sergei Sobyanin, informou que nas primeiras horas em que a inscrição foi aberta, na sexta-feira, 5.000 residentes se colocaram para vacinar.

Os primeiros a receber a vacina são os profissionais de saúde e professores, "os que correm o maior risco de contrair a Covid devido ao seu trabalho", destacou Sobyanin. Além disso, os que estão aptos a vacinar, a partir deste sábado, devem ser residentes da capital russa e a faixa etária determinada fica entre 18 e 60 anos.

Para esta fase foram distribuídas 2 milhões de doses de vacina pelos 70 centros que estão recebendo os inscritos.

O prefeito de Moscou informou ainda que, à medida em que mais vacinas fiquem prontas, o número de pessoas chamadas a tomar a vacina irá aumentando, até que toda a população da cidade esteja imunizada.

A vacina Sputnik V, a primeira a ser registrada no planeta, já foi aplicada em duas doses em 20 mil voluntários com um intervalo de 21 dias entre a primeira e a segunda dose. Outros 18.784 receberam, até agora, a primeira dose e cerca de 1.200 foram tiveram placebo administrado.

A vice-prefeita para desenvolvimento social, Anastasia Rakova, informa que dos 20 mil que receberam duas doses, apenas 273 ficaram doentes com a Covid-19, ou seja, 1,5% do total, o que, segundo ela, revela uma eficácia de 98,5% da Sputnik V.

A urgência da vacinação foi exigida pelo presidente Vladimir Putin em reunião durante a semana passada do gabinete ministerial, pois a Rússia já apresenta 2.431.731 infectados, sendo que somente no sábado foram mais 28.782.

Os russos receberão a vacina gratuitamente, informa o governo do país.

Moscou com uma população de 13 milhões é a cidade mais afetada pela propagação do vírus.

Indianos vão à greve contra ameaça a preço mínimo que protege o pequeno agricultor

Os agricultores indianos vão fazer uma greve nacional na terça-feira (8), para exigir a revogação das três leis que escravizam os pequenos produtores rurais às múltis do agronegócio e abrem caminho para a eliminação do preço mínimo garantido pelo governo.

Há dez dias duzentos mil agricultores estão acampados na entrada da capital, Nova Déli, desde que o país viveu a maior greve geral da história, no dia 26 de novembro, com a participação de 250 milhões de trabalhadores, que exigiram ajuda emergencial frente à pandemia e repudiaram a famigerada 'reforma trabalhista' do governo Modi, que corta direitos e facilita demissões.

Pelo menos as cinco principais estradas de acesso à capital indiana estão bloqueadas pelos manifestantes, cuja concentração em uma área se estende por 30 quilômetros. Quase 60% da população indiana – que é a segunda maior do mundo – depende da agricultura para sua subsistência.

A greve nacional dos agricultores, a 'Bharat Bandh', que recebeu o apoio das centrais sindicais e dos partidos de oposição, foi decretada após o fracasso de cinco rodadas de negociação, em que o governo se recusa a recuar, e só admite pequenos e inócuos remendos.

A Delhi Chalo – marcha a Delhi – e a greve nacional estão sendo encabeçadas pela coordenação da Associação de Agricultores de Toda a Índia (AIKSCC), com mais de 500 entidades filiadas.

O governo Modi decretou em setembro as duas 'reformas', a agrícola e a 'trabalhista', quando o país já estava em marcha batida para se tornar o segundo maior do mundo em contágios de Covid-19, só atrás dos Estados Unidos.

As leis da "reforma agrícola" de Modi atendem às exigências das grandes multinacionais que controlam o agronegócio – e do FMI – para reforçar seu poder à custa dos pequenos agricultores e dos consumidores.

Os manifestantes também exigem que o governo recue do corte ou redução do subsídio da energia para os pequenos agricultores – outra imposição do FMI/Banco Mundial.

Um representante dos agricultores indianos resumiu a questão: se o governo quer ser escravizado pelas corporações do agronegócio, que seja. "Mas nós não seremos escravizados", como registrou a Al Jazeerah.

O líder de um sindicato de agricultores do estado de Uttar Pradesh disse à CNN que "estamos com medo da Covid, mas não temos opção. É uma questão de vida ou de morte. Fomos nós que fornecemos comida, leite, legumes quando todo o país estava trancado", se referindo ao lockdown nacional de 10 semanas.

"Foi o governo que nos pôs em risco ao introduzir estas leis durante a Covid", denunciou.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Mortes pela Covid nos EUA já equivalem a um "11 de Setembro" a cada 24 horas

Para que não pairasse dúvida sobre a dramática situação sanitária nos Estados Unidos, o país quebrou o recorde de mortes diárias por Covid-19 na quarta-feira (3), com mais de 3,1 mil óbitos, de acordo com dados do centro de referência do coronavirus da Universidade de Johns Hopkins.

Recorde que é maior do que o total de mortos no atentado de 11 de Setembro, em que 2.997 pessoas morreram, e que serviu de justificativa para 20 anos de guerra contra países muçulmanos. Antes, o pior dia da Covid nos EUA havia ocorrido em abril, com 2,6 mil mortes.

Foram, ainda, mais de 200 mil novos casos registrados em 24 horas – a segunda vez que os EUA ultrapassaram a marca.

Também é novo recorde o total de hospitalizados, que ultrapassou os 100 mil – o dobro de um mês atrás. Estão de volta as cenas de caminhões frigoríficos improvisados como necrotérios móveis nas portas dos hospitais, UTIs superlotadas e recuos no alívio das normas de distanciamento em muitos estados.

Como alertou esta semana o infectologista Robert Redfield, diretor dos Centros para Controle de Doenças, os meses à frente "serão os mais difíceis na história do serviço público desta nação".

Também o presidente eleito Joe Biden disse na quarta-feira que "não queria assustar ninguém, mas que compreendam os fatos – estamos perto de perder outros 250 mil pessoas mortas pela Covid entre agora e janeiro".

Ele anunciou que irá propor aos norte-americanos que usem a máscara facial pelos "primeiros 100 dias de seu governo", para ajudar a reduzir a taxa de contágio atual. "Apenas 100 dias com uma máscara, não para sempre -100 dias. E acho que veremos uma redução significativa", disse Biden à CNN.

Questão também considerada, a essa altura da pandemia, indispensável pelo Dr. Redfield, que assinalou que "o tempo de debater se as máscaras funcionam ou não acabou. Obviamente, temos evidências científicas."

"EVITÁVEL"

"Isso é terrível, porque era evitável. Somos um caso excepcional no mundo", enfatizou o Dr. Letra Horwitz, da New York University School of Medicine ao New York Times.

Quando se compara a situação dos EUA com a de outros países da Ásia, que tomaram as medidas de distanciamento, isolamento, rastreio de contágio e testagem, isso se torna impossível de esconder. China, Vietnã, Coreia do Sul e Nova Zelândia estão entre os países que mostraram que era possível combater e controlar a doença ainda antes de haver a vacina.

É como a ciência repetidamente orientou: especialmente nos EUA, não é apenas a própria Covid-19 que explica tanto contágio e morte, mas a conduta de negação e obscurantismo de parte do governo Trump, que impediu uma estratégia unificada nacional de combate à pandemia, e insuflou seus eleitores à desobediência de normas aprendidas pela humanidade, para sobreviver a epidemias, aplicadas há séculos.

Conduta, aliás, que se tornou o principal tema da eleição de 3 novembro, e custou a Trump a reeleição, o que ele tenta freneticamente explicar por "fraude" inexistente.

Por sua vez o Dr. Anthony Fauci, considerado o maior especialista em doenças infecciosas do país, confirmou à rede de tevê NBC ter dito "sim na mesma hora" ao convite do presidente eleito Biden para que se incorpore ao comando de seu governo no combate à pandemia. Repetidas vezes, Trump sinalizou a demissão do cientista, que serviu a governos democratas e republicanos, mas acabou recuando no último minuto por causa da repercussão negativa.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Governo da Turquia inicia vacinação com a chinesa Coronavac a partir do dia 11

A Turquia iniciará no próximo dia 11 a vacinação de sua população contra o novo coronavírus com o imunizante Coronavac, desenvolvido pelo laboratório chinês Sinovac, e que também está em teste no Brasil, em convênio com o Instituto Butantan. O anúncio foi feito na terça-feira (1º) pelo ministro da Saúde do país, Fahrettin Koca.

20 milhões de doses da Coronavac estarão disponibilizados ainda este mês, afirmou Koca, e a vacinação começará pelos agentes de saúde. Outras 30 milhões chegarão até fevereiro de 2021.

Quantidade que servirá para vacinar 25 milhões dos cerca de 82 milhões de habitantes da Turquia, já que são necessárias duas doses do medicamento por pessoa. "Queremos aumentar esses números", assinalou Koca.

Reuters

Quase 80% dos integrantes do DACA são mexicanos

Juiz barra deportação de milhares de filhos de imigrantes por Trump

O juiz federal dos Estados Unidos, Nicholas Garaufis, ordenou nesta sexta-feira que Trump restaure na íntegra o Programa de Ação Diferida para os Chegados na Infância (DACA), popularmente conhecido como "Sonhadores", reabra imediatamente suas inscrições e proteja da deportação a centenas de milhares de jovens migrantes.

Aprovado durante o governo de Barack Obama, o programa possibilita um caminho de cidadania e protege da deportação aqueles que chegaram aos EUA ainda crianças, trazidos pelos pais imigrantes que entraram ilegalmente no país e são mantidos sem documentação até hoje.

A decisão foi amplamente comemorada por organizações de direitos humanos, pois beneficiará ao menos um milhão de jovens e adolescentes, principalmente de origem latino-americana.

Conforme a ordem do juiz Nicholas Garaufis, nas próximas semanas o governo deverá apresentar um informe que indique o número de solicitações processadas e quantas foram realizadas pela primeira vez. Ele também ordenou aos funcionários que concedam aos solicitantes licenças de trabalho com o prazo de dois anos, em vez de somente um ano, como proposto pela administração Trump.

Segundo a determinação do juiz federal, o governo terá que publicar um aviso público em três dias, a partir do qual estarão abertas novas solicitações para o DACA. No mês passado Garaufis já havia invalidado a posição de um memorando do titular interino do Departamento de Segurança Nacional, Chad Wolf, de suspender novos acessos aos Sonhadores e reduzir a duração das renovações, principalmente em meio a uma pandemia. A manobra de Wolf havia sido condenada pela Corte Suprema que se decidiu, em junho, contrária a Trump, explicitando que o governo não estava seguindo os procedimentos quando tentou encerrar o programa.

ONU pede solidariedade entre as nações para enfrentar crise humanitária em 2021

O ano de 2021 deve atingir contornos de uma catástrofe humanitária e os países ricos não devem atropelar os países pobres em uma corrida por vacinas para combater a pandemia Covid-19, assinalaram autoridades mundiais na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na sexta-feira (4).

O relatório Panorama Humanitário Global 2021, apresentado pela ONU, alerta que, em 2021, 235 milhões de pessoas vão precisar de ajuda humanitária.

O chefe do Programa Mundial de Alimentos (PMA), David Beasley, e o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, se pronunciaram durante a reunião especial sobre a Covid-19, que já infectou mais de 66,7 milhões de pessoas em todo o mundo, realizada de forma virtual.

"Simplesmente não podemos aceitar um mundo em que os pobres e marginalizados sejam pisoteados pelos ricos e poderosos na corrida pelas vacinas", afirmou Tedros.

Ao afetar, principalmente, a população mais vulnerável, a pandemia já provocou um aumento de 40% no número de pessoas que necessitam de ajuda humanitária. As entidades apelaram pela ajuda de financiamento de 35 bilhões de dólares para lidar com a fome, que está "batendo na porta" de dezenas de países, afirmou Beasley.

Segundo o chefe do PMA, 2021 deve ser "o pior ano de crise humanitária desde o início das Nações Unidas", criada há 75 anos, e apontou que não será possível "financiar tudo", fazendo com que as atuações sejam focadas, "priorizando os icebergs do Titanic".

Comemorando o progresso vivido este ano no campo das vacinas, Tedros Adhanom manifestou, porém, sua preocupação "ante a crescente percepção de que a pandemia acabou", divulgou a agência de notícias AFP.

O diretor da OMS pediu uma injeção imediata de 4 bilhões 300 milhões de dólares para um programa mundial que permita compartilhar as vacinas.

"Esta é uma crise mundial e as soluções devem ser compartilhadas equitativamente como bens públicos mundiais", sublinhou.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, e suas principais autoridades também pediram que as vacinas contra Covid-19 sejam disponibilizadas para todos e que os países ricos ajudem países em desenvolvimento no combate e na recuperação da pandemia.

"A verdade é que muitos lugares hoje estão testemunhando uma transmissão muito alta do vírus, o que coloca uma enorme pressão sobre hospitais, unidades de terapia intensiva e profissionais de saúde", disse Michael Ryan, chefe de emergências da OMS.

Já o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, fez questão em seu discurso, de afrontar o tom de apoio ao multilateralismo e a solidariedade entre os povos adotado pelos demais governos, e disse que foram os governos nacionais aqueles que deram uma resposta à crise. O chanceler de Bolsonaro fez questão de criticar o princípio que guia a ONU. Para ele, a crise deve ser enfrentada "por nações individuais".

Ao discursar sobre o que o governo brasileiro tem feito, Araújo fez referências ao contrato que o Brasil firmou com a AstraZeneca e Oxford. Mas apenas se referiu ao fato de que o Instituto Butantan conta com acordos com "laboratórios estrangeiros". O Itamaraty, assim, evitou falar abertamente da vacina com tecnologia chinesa, uma das principais e a que está em estágio mais adiantado no processo de preparo para enfrentamento do vírus em São Paulo e outros Estados.

Alemanha faz o planejamento para imunizar amplamente contra Covid-19

A Comissão Permanente de Vacinação (Stiko), que integra o Instituto Robert Koch, divulgou nesta segunda-feira (7) o esboço do plano de imunização contra a Covid-19 na Alemanha, que deverá ter início no início do próximo ano.

Na primeira fase, o alvo da vacinação são 8,6 milhões de pessoas – idosos com 80 anos ou mais, residentes de asilos e profissionais da saúde com alto risco de infecção -, de acordo com o jornal Die Welt.

As autoridades médicas da União Europeia vão examinar antes do final do ano os pedidos de duas vacinas, a da BioNTech/Pfizer – que foi desenvolvida na Alemanha – e a da Moderna, norte-americana, para liberação do uso emergencial. O plano de vacinação alemão que está sendo elaborado segue normas recentemente definidas em lei aprovada no parlamento alemão, o Bundestag.

Outros grupos por ordem de prioridade estão sugeridos no plano, cujo objetivo "no médio prazo" é poder oferecer "a todas as pessoas igual acesso à vacinação contra a Covid-19".

As pessoas abaixo de 65 anos – 45 milhões – têm a prioridade estabelecida como "baixa" nesse início de vacinação.

As recomendações serão atualizadas à medida que haja disponibilidade de mais vacinas; os grupos -alvo também podem ser adaptados.

Esse escalonamento também permite aliviar a sobrecarga sobre os leitos de terapia intensiva. "O objetivo agora deve ser receber o maior número possível de doses de vacinação para possibilitar vacinações sucessivas ", enfatiza o plano.

ESCALONAMENTO

O chamado grupo de "prioridade muito alta" inclui idosos com idades entre 75 e 80 anos, bem como funcionários de abrigos de acolhida de idosos. Na seqüência, estão 5,5 milhões de pessoas com prioridade "moderada" – por exemplo, idosos entre 70 e 75, aqueles com um risco aumentado de doença e seus contatos mais próximos, pessoas em requerentes de asilo e abrigos de sem-teto, pessoas de contato próximo de mulheres grávidas, funcionários com risco moderado de infecção em instalações médicas e clínicas, bem como funcionários dos departamentos de saúde.

Após esse grupo, serão atendidos cerca de 6,9 milhões de pessoas, incluindo idosos entre 65 e 70, professores e educadores, além de pessoas consideradas em condição precária de trabalho, como trabalhadores sazonais e na indústria de processamento de carnes.

O próximo nível é de nove milhões de pessoas com prioridade "um pouco mais alta", por exemplo, pessoas de 60 a 65 anos, funcionários em "posições-chave" nos governos estadual e federal, funcionários no varejo e em "infraestrutura crítica", como corpo de bombeiros, forças armadas, polícia, público Transporte público local e gestão de resíduos.

Leia mais no site do HP

A corrida das vacinas esquentou!

Mesmo com a expectativa de sucesso de mais de uma vacina, será pouco provável que produzam imunidade duradoura, ou seja, precisarão de reforço ou revacinação, e também que sejam igualmente eficientes em todos os grupos de idade. Isso significa que será muito importante implementar uma vigilância epidemiológica rápida e efetiva

EDUARDO DE AZEREDO COSTA (*)

HP ESPECIAL

Há mais de duas décadas as "big pharma" vêm reivindicando medidas para aumentar os baixos faturamentos de quem produzia vacinas. No final do milênio passado esse faturamento era de apenas 3% do seu total, em grande parte porque havia produção e desenvolvimento estatal em muitos países e porque o preço unitário de produção de vacinas é baixo pelo volume e desnecessidade de gastos elevados de marketing. A estratégia de expansão privada incluía tornar mais rigorosas as boas práticas de desenvolvimento e produção de vacinas chanceladas pela OMS, além de demandar a proteção de patentes. O Banco Mundial entrou diretamente no assunto não só com financiamento, como até pela indicação e ocupação de cargos em instituições científicas e grupos de trabalho de saúde de organismos internacionais.

Nada disso havia ao tempo dos sucessos da erradicação da varíola, da eliminação da pólio e da raiva humana, do controle da febre amarela, tétano, coqueluche, difteria, rubéola, sarampo, caxumba, hepatite A e B, rotavírus, meningite tuberculosa, meningite meningocócica e por aí vai.

Aceitando tudo como uma evolução inovadora, surpreende as poucas novidades desses últimos 30 anos, entre elas, a vacina para o *papilloma vírus* merece destaque. A maioria das inovações foram de processo: novas tecnologias para as mesmas vacinas ditas antigas, com um pouco menos de reações adversas ou maiores vantagens econômicas. As tentativas para parasitos mais complexos como a malária e a xistossomíase foram frustradas, como está sendo para o HIV. O desafio da Dengue até agora é a marca mais decepcionante, com a colocação no mercado brasileiro da vacina da Sanofi, de alto custo e sabidamente de baixa eficácia, especialmente nas crianças, recomendada agora só para quem já teve a doença!

Paralelamente foram sendo substituídas vacinas desenvolvidas e produzidas nacionalmente por importação ou por absorção de novas tecnologias de multinacionais, como aconteceu no Brasil. Sem foco, muitos projetos de instituições científicas nacionais não saem dos laboratórios.

Mais recentemente, a partir do 11 de setembro, os EUA deslancharam uma Guerra contra o terrorismo, aí incluído o biológico. CDC e Walter Reed Foundation foram reforçadas para estudos afetos à segurança biológica, como os relacionados ao Antrax e Ebola. Um dos projetos desenvolvidos foi o relacionado ao estudo dos impactos da pandemia de 1918/19 de gripe "espanhola".

Nos anos de 2007/08 foram publicados tais trabalhos, que analisaram a mortalidade nas cidades dos Estados Unidos, objetivando avaliar se houve influência de medidas não farmacológicas para seu controle.

Quase todas as reações iniciais para controle da COVID-19 no mundo ocidental foram baseadas nesses estudos. O conhecimento gerado na China, por mais de uma razão, ideológica, política e econômica, foi praticamente ignorado, mas influenciou as ações em geral bem sucedidas dos países asiáticos.

Antes, de 2004 em diante, começaram os alertas de pandemias originárias da China, de vírus da gripe. Primeiro foi o SARS-CoV, que desapareceu, e logo a gripe aviária, que claramente não tinha potencial epidêmico pela alta letalidade e baixíssima transmissão entre humanos. No entanto, o Brasil adquiriu, por precaução, 9 toneladas de um pó de oseltamivir, estimulado pela OPAS, pelo "risco iminente".

Mais tarde, seria a vez da gripe suína, que parecia dar o "agora sim!" para exercícios de controle a nível populacional. Vacinas incluindo esse novo vírus da gripe, em processo clássico, foram desenvolvidas e são atualizadas até hoje. Mas, ao mesmo tempo, novas compras de oseltamivir, sem comprovação de eficácia, foram feitas e vendidas país afora.

Nesse ínterim, a África já enfrentava novo surto de Ebola vírus. E esforços estavam sendo feitos para desenvolver uma vacina, por vários países. Com alta letalidade, o controle se baseava no isolamento dos doentes e proteção individual. O pior surto de Ebola ocorreu entre 2013-16. Ao final, tinha-se mais de uma vacina, mas a epidemia foi controlada sem seu uso.

Do mesmo modo, a vigilância na Ásia sobre novas viroses respiratórias, detectou mais uma com eventual potencial pandêmico, a síndrome respiratória do Oriente Médio, MERS (SARS-CoV-1). Aqui, também as promissoras vacinas com tecnologias genéticas, não puderam ser concluídas, pois o surto foi controlado antes de ficarem prontas ou testadas em fase 3.

O TIRO DE LARGADA

Assim, chegamos hoje de volta a buscar vacinas novas para uma pandemia que, de fato, aconteceu. Já a temos por cerca de 10 meses e ela não se extinguiu com medidas gerais não farmacêuticas.

As grandes farmacêuticas transnacionais, que haviam investido nessas tecnologias de ponta, agora podiam retomar seus projetos, com boa parte do caminho já feito e ainda sem o retorno esperado. Vale dizer que grande parte dos investimentos para o Ebola, que se reconhecia sem grande futuro mercadológico, foram obtidos por doações de fundos internacionais.

Em 10 de janeiro de 2020, a China deu o verdadeiro tiro de largada para a corrida tecnológica/industrial para tratamento, reagentes e vacinas, ao disseminar no mundo científico o código genético do SARS-CoV-2.

Com o incentivo da OMS e de vários financiadores, foram catalogados mais de 200 projetos para desenvolvimento de vacinas. A maioria deles, partindo de novidades baseadas nos estudos recentes para Ebola e MERS.

Vários artigos desde julho têm colocado a lista e as tecnologias usadas nos dez projetos de vacina mais adiantados do mundo. Baseado nos mesmos, em setembro divulgamos uma revisão sobre o assunto (v. HP 26/09/2020, **Vacinas para que te quero!** – Quarentena News e outros sites informativos), que sumarizamos e revisamos, acrescentando novidades anunciadas com foco nas mais divulgadas no Brasil.

GRUPO I – Vacinas de vírus inteiro inativado: o vírus é cultivado em células de laboratório há muito estudadas (que já servem de cultivo para outros vírus vacinais), sofrem o tratamento para inativação, isto é, não se replicarão mais. Essas vacinas são muito seguras, não há possibilidade de produzirem uma infecção, podendo ser aplicadas em gestantes e mesmo em pessoas imunodeprimidas. São as mais antigas, desde a contra a raiva, tétano e muitas outras. Requerem mais de uma dose. A Coronavac, da empresa Sinovac, está nesse grupo. Replicagem em células de laboratório Vero e inativação química. Conservação em temperatura de geladeira doméstica.

O Instituto Butantan está conduzindo o teste de fase 3, anunciou reatogenicidade leve, mesmo em idosos, e que, seguindo outras vacinas candidatas em fase 3, fará análise preliminar dos 74 casos já ocorridos em voluntários do estudo. Tem licença para produção sem pagamento de royalties e poderá exportar. Espera poder entregar para o Ministério da Saúde 46 milhões de doses, a partir de dezembro, quando estará apto a seguir produzindo. A única referência de preço de aquisição que vimos é de 2 dólares por dose, mas o Butantan precisará investir em suas instalações fabris e por isso poderá cobrar mais (solicitou 10 dólares).

Há ainda outras vacinas adiantadas com o vírus inativado, menos comentadas no Brasil, inclusive mais duas chinesas. Iniciativas com o SARS-Cov-2 atenuado, método de vacinas virais como da febre amarela e do sarampo, que dão longa imunidade com dose única, não chegaram a testes de fase clínica.

GRUPO II – Vacina que utiliza um outro microrganismo (vetor) para "expressar" o antígeno vacinal: são vacinas que por engenharia genética modificam um agente que produzirá o antígeno vacinal. São já clássicas as que usam bactérias e fungos como vetores, como a da Hepatite B. Costumam exigir várias doses para consolidar a imunidade.

A partir de esforços para produzir uma vacina contra o vírus Ebola e outra para a MERS, foram usados vírus respiratórios humanos benignos (adenovírus do resfriado comum), não replicantes, para expressar os antígenos virais. As variantes do vírus que foram bem sucedidas para a produção dessas vacinas, foram os conhecidos como Ad5 e Ad26. O adenovírus usado é inativado, tornando-se não replicante. Há algumas vacinas em fase 3 de estudos, com essa tecnologia:

A – A vacina da CanSino (estatal chinesa), utiliza o Ad5 como vetor. Resultados das fases 1 e 2 já foram publicados, estando em desenvolvimento a fase 3 em vários países. Resultados preliminares mostram ser segura e de imunogenicidade alta. Utilizará, também, duas doses.

B – A vacina da Jonhson&Jonhson utiliza o Ad26 como vetor. Ainda não conhecemos resultados preliminares de fase 3, que estão sendo realizados em vários países. A Jansen (Johnson&Johnson) está realizando testes no Brasil.

C – A chamada vacina russa, é do Instituto Gamaleya. Utiliza na primeira dose o antígeno obtido com o Ad5 ou Ad26 de vetor e, na segunda dose, com o Ad que não foi aplicado na inoculação inicial, o que produziria uma imunidade maior e mais duradoura. Uma das vantagens seria que, se a primeira injeção produzir alguma imunidade relacionada ao vetor, poderia neutralizar parte do efeito da segunda, se fosse utilizado o mesmo vetor. Os resultados da fase 1 e 2, agora já publicados na Lancet, segundo comentaristas da Johns Hopkins, coloca desafios a outras vacinas. Um deles é que a vacina foi produzida não só na forma líquida, como liofilizada, que permite utilização em condições de conservação mais precárias dos países tropicais mais pobres. (A liofilização foi um importante desenvolvimento de cientistas soviéticos na década de 1960, que, usado para a vacina de varíola, permitiu a erradicação da mesma no mundo, pois pode ser levada ao local de uso sem refrigeração). Estudos de fase 3 em processo, inclusive no Brasil, por acordo com o Laboratório Tecpar (Paraná).

D – A vacina em desenvolvimento mais conhecida no Brasil e possivelmente na Europa, pelo apoio que teve, usa um adenovírus não replicante, também, porém, não humano, de chimpanzé (ChAdOx1). A vantagem teórica seria que não haveria neutralização pela presença de anticorpos para material do antígeno vacinal, relacionado a infecções passadas por adenovírus humano benignos. É a dita de Oxford, desenvolvida em parceria com a biofarmacêutica britânica AstraZeneca (essa tecnologia ainda não teve nenhuma vacina aprovada comercialmente). O Governo brasileiro, tomando por base a capacidade produtiva de Biomanguinhos/Fiocruz, adquiriu antecipadamente (antes do início da fase 3) 100 milhões de doses e a tecnologia de produção por cerca de 300 milhões de dólares (USD 3,19 por dose), que estariam disponíveis para aplicação em dezembro/janeiro (o cronograma está atrasado). Os termos do contrato foram denunciados na imprensa mundial e nacional, por serem muito restritivos ao Brasil.

A divulgação de resultados preliminares de eficácia com suspeita de manipulação, para mostrar expectativas maiores do que o encontrado, possivelmente trará prejuízos para seu uso. A eficácia demonstrada mais confiável foi de 62%.

GRUPO III – O grupo tem sido designado como Vacinas de Ácido Nucleico. A tecnologia consiste, resumidamente, em transportar para as células humanas, através de um vetor viral, a capacidade de produzirem tanto o antígeno como os anticorpos. São bastante complexas, mas seriam de alto rendimento. As possibilidades futuras de poderem ser usadas em certos tipos de câncer dão esperança. As de DNA para gripe não produziram imunogênese de bom nível. Nunca foram antes aprovadas por órgãos reguladores. A emergência pandêmica facilitou a aceitação dos testes clínicos de fase 3 em que se encontram.

Nesse momento, são de particular interesse as chamadas de mRNA (*m*, significando mensageiro), já que no caso do SARS-Cov-2, que é um vírus RNA, duas vacinas em progresso estão em evidência. Essa tecnologia tem críticos, por precaução, por eventuais efeitos tardios, difíceis de detectar em estudos de curta duração, como são os de fase 3.

A – A Pfizer surpreendeu ao divulgar recentemente, abrindo ao público, junto com resultados preliminares estimulantes da fase 3 (eficácia de 95%), que seu projeto mRNA pretende fazer com que as próprias células humanas produzam os antígenos de que seu próprio sistema imunitário se defenderá, produzindo anticorpos. Temperatura para levar ao local de uso de -70oC. Preço por dose: USD 19,50 por dose.

B – A Moderna, americana, propõe para a Covid-19 o uso de adenovírus modificado não replicante. Eficácia preliminar estimada em 95%. Precisa ser estocada e levada ao local de uso à temperatura de -20oC. Preço: USD 32 a 37 por dose.

GRUPO IV – Outras vacinas em pesquisa são as chamadas ocas, isto é, utilizam apenas a capa do vírus ou peptídeos da mesma (VLP). Nesse grupo, estão as Soberanas de Cuba e outras, inclusive em desenvolvimento no Brasil a nível laboratorial.

Concluindo: Em artigo anterior (v. HP 14/08/2020, **A vacina russa**) chamamos a atenção para algo que agora fica mais claro. A incapacidade de fazer a big pharma se comportar com a seriedade e lisura que requer o período pandêmico. A OMS e todos que discursivamente se posicionam para facilitar o acesso à eventuais vacinas, se rendem ao jogo da mesmas e procuram vantagens competitivas ou acúmulo de prestígio e poder.

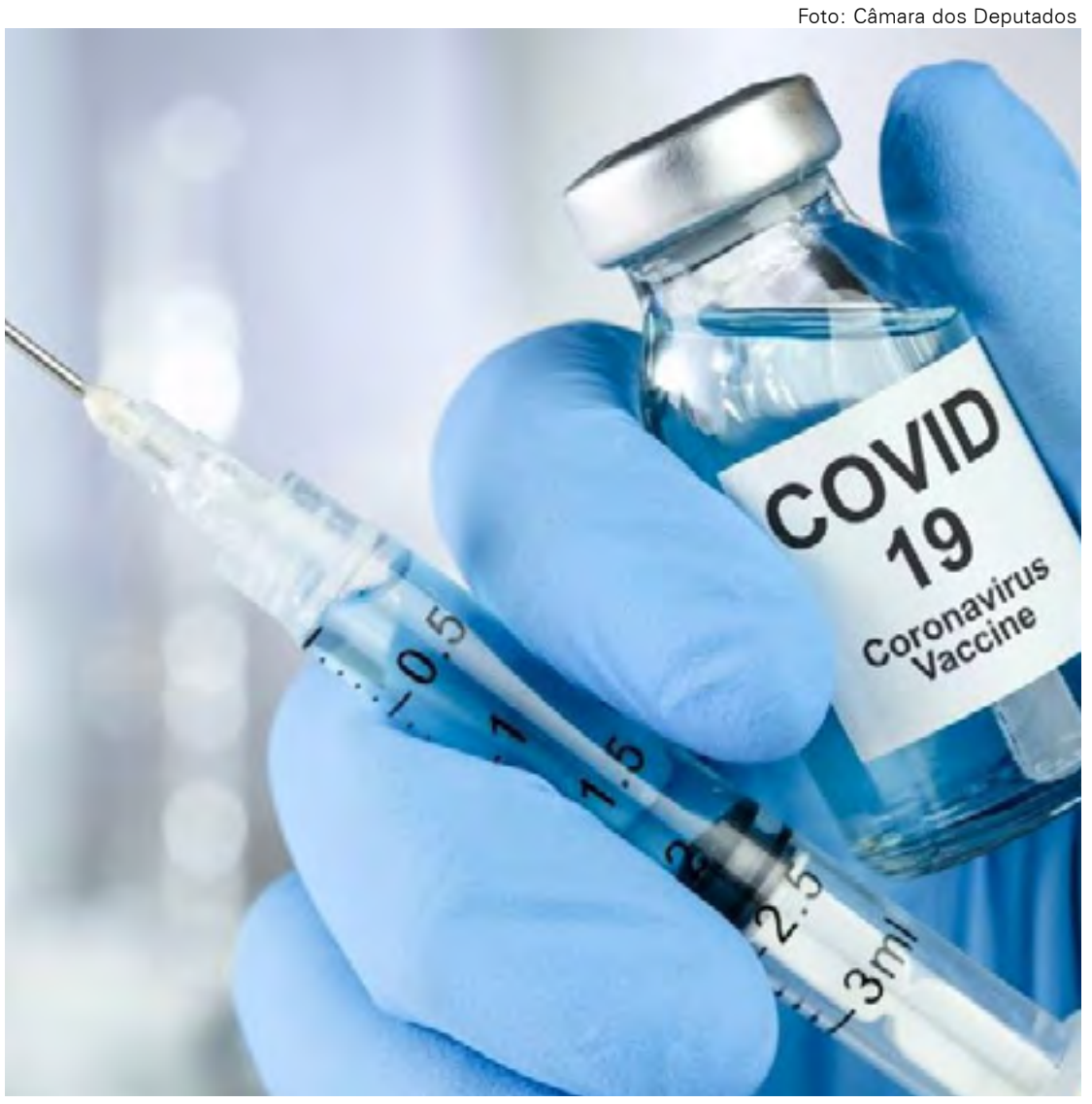
De outro lado, a melhor estratégia para um país como o Brasil, que tem ainda uma incidência alta da doença, seria organizar estudos comparativos entre as vacinas disponíveis concomitantes. O grupo placebo seria menor, o que justifica-se no dilema pandêmico.

Mas, aí, a cooperação proclamada para fazê-la um **bem global** seria bem mais profunda e racional. Seria verdadeira.

APLICAÇÃO DAS VACINAS

Mesmo com a expectativa de sucesso de mais de uma vacina, será pouco provável que produzam imunidade duradoura, ou seja, precisarão de reforço ou revacinação, e também que sejam igualmente eficientes em todos os grupos de idade. Isso significa que será muito importante implementar uma vigilância epidemiológica rápida e efetiva.

Foto: Câmara dos Deputados



Portanto, cremos que nenhuma delas, a não ser que uma mutação viral atenue de maneira importante o SARS-CoV-2 circulante no Brasil, eliminará isoladamente a COVID-19 do Brasil, de imediato. Primeiro, porque as quantidades necessárias farão estender o período a mais de um ano, para imunizar a todos os grupos de idade, e, segundo, porque a vigilância epidemiológica e uso da vacina na contenção de surtos, a cargo do SUS, precisará ser mais eficiente.

Nessas circunstâncias, cremos que as prioridades máximas para a vacinação são:

1 – grupo de risco de tê-la de modo grave: população idosa e com comorbidades.

2 – trabalhadores em contato direto com casos de covid-19.

3 – usuários de transportes coletivos, escolas, abrigos e indústrias intensivas em mão de obra.

4 – controle de surtos: vacinação orientada pela vigilância epidemiológica.

Não pode ser negligenciado que a identificação de quem for vacinado e com qual vacina será muito importante, inclusive para análise de eventuais efeitos tardios das vacinas. Não seria absurdo introduzir um identificador duradouro.

Vacinas de conservação a muito baixas temperaturas não são para uso em saúde pública. Voltadas para mercado privado, se aprovadas pela ANVISA.

Os serviços de aplicação deverão estar já organizados e com material necessário, como agulhas e seringas, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, há um acelerado movimento da grande mídia brasileira, alcançando a mídia digital das redes sociais, com foco na antecipação de resultados de fase 3 (eficácia) de algumas das vacinas candidatas.

Esse fato está desafiando o setor saúde e amplos setores da população leiga, que se sente desorientada, especialmente na falta de uma autoridade nacional de saúde com autoridade real.

Instituições de saúde críticas estão ficando desacreditadas por politização inadequada e submissão ao governo federal.

Esse o campo em que a 'saúde coletiva' e a 'medicina preventiva', como lá na década de 80 Geoffrey Rose mostrava, é assaltada por propagandistas acríticos, e podemos acrescentar hoje, negocistas, negacionistas e novos beatos da ciência em si.

Nessas ocasiões costumamos lembrar dos pioneiros que, na revolução industrial da Grã-Bretanha, fundaram a saúde pública: Chadwick, por exemplo, foi alijado do Comitê de combate à pobreza, por não se submeter a uma maioria 'sensata' que agradava o governo. É mandatório pressionar, pelos meios aceitáveis, que o governo federal siga no seu intento de só adquirir a "sua" vacina. Há muito já devia estar em parceria com o Instituto Butantan e Tecpar, equacionando as possibilidades que abriram para o país.

Os instrumentos de coordenação para tomar decisões sanitárias no Brasil estão fragmentados, pelo verdadeiro contencioso político que abala o país, que torna o SUS, por sua natureza sistêmica, incapaz de agir ao tempo e à hora em todos os lugares.

Mas a profissão da esperança brasileira, não nos abandona. Cremos que pode ainda ser adequado e eficiente. Temos que tentar. É obrigatório para sanitaristas.

A expectativa é de que os Estados, passado esse período eleitoral, consigam, através de suas Secretarias de Saúde, criar um gabinete executivo que unifique as ações no Brasil, ligado ao CONASS [Conselho Nacional de Secretários de Saúde]. A Secretaria de Saúde de cada Estado precisará assumir a execução de modo **compartilhado** com os seus municípios, ou, suplementarmente, a gestão de todos os postos e equipes de vacinação e vigilância epidemiológica em seus territórios.

Disto dependerá, para além da qualidade, o resultado da aplicação das vacinas no Brasil.

(*) *Eduardo A. Costa é médico-santarista-epidemiologista.*